

LEI Nº 10.552, de 13 de outubro de 2008.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2009 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição da República, no § 3º do art. 116 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Porto Alegre, relativas ao exercício econômico-financeiro de 2009, compreendendo:

- I – a forma de alocação de recursos;
- II – o Poder Legislativo;
- III – os investimentos;
- IV – as autorizações prévias para a abertura de créditos suplementares e operações de crédito;
- V – as disposições sobre as alterações da legislação tributária e tarifária do Município;
- VI – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII – os Anexos;
- VIII – a limitação de empenho;
- IX – as disposições relativas às despesas obrigatórias de caráter continuado;
- X – a execução orçamentária e o cumprimento das metas; e
- XI – as disposições gerais.

Capítulo II DA FORMA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Art. 2º Conforme decisão do Orçamento Participativo, a distribuição de recursos obedecerá às seguintes prioridades:

- I – Habitação e Educação;
- II – Assistência Social;
- III – Pavimentação;
- IV – Saúde;
- V – Saneamento Básico – DEP;
- VI – Saneamento Básico – DMAE;
- VII – Desenvolvimento Econômico;
- VIII – Cultura;
- IX – Esporte e Lazer; Áreas de Lazer; Iluminação Pública; Transporte e Circulação; Saneamento Ambiental; Juventude; Acessibilidade e Mobilidade Urbana e Turismo; e
- X – Meio Ambiente.

Art. 3º A Reserva de Contingência corresponderá a, no mínimo, 1% (um por cento) sobre a receita corrente líquida.

Art. 4º Na Lei Orçamentária de 2009, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 5º A alocação de recursos priorizará os programas de governo, bem como os órgãos coordenadores e executores.

Parágrafo único. Os programas de governo aludidos no “caput” deste artigo serão os seguintes:

- I – A Receita é Saúde;
- II – Bem-Me-Quer;
- III – Carinho Não Tem Idade;
- IV – Cidade Acessível;
- V – Cidade Integrada;
- VI – Cresce Porto Alegre;
- VII – Desenvolvimento Municipal – PDM;
- VIII – Gurizada Cidadã;
- IX – Integrado Entrada da Cidade – PIEC;
- X – Lugar da Criança é na Família e na Escola;
- XI – Mais Recursos, Mais Serviços;
- XII – Porto Alegre da Mulher;
- XIII – Porto da Inclusão;
- XIV – Porto do Futuro;
- XV – Porto Verde;
- XVI – Socioambiental;

XVII – Viva o Centro;
XVIII – Vizinhança Segura;
XIX – Gestão Total;
XX – Governança Solidária Local;
XXI – Orçamento Participativo; e
XXII – Reserva de Contingência.

Art. 6º Os vínculos ou fontes de recursos serão indicativos, podendo ser alterados consoante as necessidades da execução orçamentária.

Capítulo III DO PODER LEGISLATIVO

Art. 7º O total da despesa do Poder Legislativo não poderá ultrapassar o percentual aludido no art. 29-A da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 8º Para efeito do disposto nesta Lei, o Poder Legislativo elaborará sua proposta orçamentária e a encaminhará ao Executivo Municipal até o dia 9 de outubro de 2008, por meio do Sistema de Elaboração da Proposta Orçamentária, para consolidação com a Peça Orçamentária do Município.

Capítulo IV DOS INVESTIMENTOS

Art. 9º Os recursos destinados a investimentos corresponderão a, no mínimo, 10% (dez por cento) da despesa total.

Art. 10. Os investimentos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos, e a programação de novos projetos não poderá ser feita por conta da anulação de dotações destinadas aos investimentos em andamento.

Capítulo V DAS AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 11. Constarão, na lei orçamentária anual, as seguintes autorizações:

I – para a abertura de créditos suplementares, como segue:

a) no máximo 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) do total da despesa autorizada;

b) para atender a reajustes e demais despesas de pessoal e encargos sociais, segundo as leis vigentes;

c) por conta da Reserva de Contingência, limitada a 5% (cinco por cento) da despesa total;

d) para atender a despesas relativas a receitas provenientes de operações de crédito e outras receitas vinculadas, bem como a seus rendimentos financeiros que excedam a previsão orçamentária correspondente;

e) para atender a despesas do grupo Outras Despesas Correntes, com características de pessoal e de caráter indenizatório como diárias, PASEP, vale-refeição, auxílio-refeição, vale-transporte, auxílio-transporte, estagiários, assistência médica aos servidores, auxílio-funeral e despesas com a previdência dos servidores, tais como, inativos, pensionistas, salário-família, auxílio-doença, salário-maternidade, além do previsto na al. “b” deste inciso;

f) para atender a suplementações que correspondam a um mesmo Programa, a um mesmo grupo de despesa e a uma mesma modalidade de aplicação;

g) para atender à contrapartida de projetos que excedam a previsão orçamentária correspondente;

h) para atender a serviços da dívida e precatórios judiciais; e

i) para atender a Planos de Investimentos e Serviços – PIS – anteriores.

II – para realização, em qualquer mês do exercício, de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, oferecendo as garantias usuais necessárias.

Capítulo VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E TARIFÁRIA

Art. 12. Na estimativa das receitas, serão considerados os efeitos das alterações na legislação tributária e tarifária, especialmente sobre:

I – consolidação da legislação vigente que regula cada tributo de competência do Município;

II – revisão da legislação tributária, de forma a instituir maior justiça fiscal e a permitir o atendimento das demandas da sociedade;

III – adequação da legislação tributária municipal às eventuais modificações da legislação federal;

IV – modificação dos preços públicos, de forma a aprimorar a prestação dos serviços e a garantir a cobertura dos custos realizados;

V – acompanhamento dos índices existentes, que são indexadores de tributos, tarifas e multas, e criação de novos índices; e

VI – isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU – e Taxa de Limpeza Pública para instalação dos Ecopontos.

Art. 13. A concessão ou a ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada dos documentos aludidos no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 14. No exercício de 2009, as despesas globais com pessoal e encargos sociais deverão obedecer às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Fica assegurada a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal.

Art. 15. Para os efeitos do disposto no art. 122, inc. X, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, condicionados ao disposto no artigo anterior e à lei específica, ficam os Poderes autorizados a proceder:

I – ao preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo, mediante a realização de concurso público, e dos cargos em comissão previstos em lei;

II – à criação de cargos ou alteração da estrutura de carreiras;

III – à contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

IV – à progressão funcional; e

V – à contratação de hora-extra.

Art. 16. Fica considerado objetivo da Administração Municipal o desenvolvimento de programas visando a:

I – valorizar a imagem pública do servidor municipal, ressaltando a função social do seu trabalho e o incentivando permanentemente a contribuir na qualificação e melhoria do serviço público;

II – proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores por meio de programas informativos, educativos e culturais; e

III – melhorar as condições de trabalho, especialmente no que concerne à saúde, à alimentação, à segurança no trabalho e à justa e adequada remuneração.

Capítulo VIII DOS ANEXOS

Art. 17. Os seguintes Anexos integram esta Lei:

I – Anexo de Metas e Prioridades do Executivo Municipal;

I-A – Anexo de Metas e Prioridades da Câmara Municipal de Porto Alegre;

II – Anexo de Metas Fiscais, que conterá:

a) Metas Anuais de Resultado Primário e Nominal;

b) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

c) Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

d) Evolução do Patrimônio Líquido;

e) Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

f) Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;

g) Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita;

h) Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e

i) Metodologias de Cálculos dos Resultados Primário e Nominal e das Receitas Consolidada e Líquida.

III – Anexo de Riscos Fiscais.

Capítulo IX DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 18. A limitação de empenho e a movimentação financeira aludidas no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, dar-se-ão no contingenciamento orçamentário.

Capítulo X
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS OBRIGATÓRIAS
DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 19. As despesas obrigatórias de caráter continuado, quando planejadas durante o exercício econômico-financeiro de 2009, serão submetidas à apreciação do Poder Legislativo, acompanhadas dos documentos aludidos no art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Capítulo XI
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO CUMPRIMENTO DAS METAS

Art. 20. O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Será publicado, mensalmente, no Diário Oficial de Porto Alegre – DOPA –, um relatório do acompanhamento das cotas constantes do cronograma de desembolso mensal, mencionado no “caput” deste artigo, que apresentará, no mínimo, uma comparação entre as cotas consignadas mensalmente e o liquidado.

Capítulo XII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. A alocação dos recursos, na Lei Orçamentária e nos créditos adicionais, será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo, de acordo com a al. “e” do inc. I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 22. Fica vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e nos créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais e a título de auxílio para entidades privadas cujas condições de funcionamento não forem consideradas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização, de acordo com a al. “f” do inc. I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 13 de outubro de 2008.

José Fogaça,
Prefeito.

Ilmo José Wilges,
Coordenador-Geral do GPO.

Registre-se e publique-se.

Virgílio Costa,
Secretário Municipal de Gestão e
Acompanhamento Estratégico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I – DE METAS E PRIORIDADES DO EXECUTIVO MUNICIPAL
2009

PROGRAMA A RECEITA É SAÚDE			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Administração-Geral – FMS	Ação Administrativa		
Administração-Geral – SMS	Ação Administrativa		
Assistência em Saúde Básica e Especializada	Unidades atendendo toda a população		
Assistência em Saúde Básica e Especializada - FMS	Unidades atendendo toda a população		
Cadeira Certa	Percentual de beneficiários atendidos	70	Percentual
Comunidades Terapêuticas	Crianças e adolescentes	80	Pessoa
Conselho Municipal da Saúde	Ação Administrativa		
DST/AIDS	Pessoas capacitadas	100	Pessoa
DST/AIDS – FMS	Pessoas capacitadas		Pessoa
Farmácias Distritais	Farmácias implantadas	10	Unidade
Hospital de Pronto Socorro – HPS	HPS atendendo toda a população		
Hospital de Pronto Socorro - HPS – FMS	HPS atendendo toda a população		
Hospital Materno Infantil Presidente Vargas - HMIPV	HMIPV atendendo todas as mulheres e crianças da população		
Hospital Materno Infantil Presidente Vargas - HMIPV - FMS	HMIPV atendendo todas as mulheres e crianças da população		
Hospital-Geral da Restinga	Instalações	1	Prédio
Implementação do Plano Municipal de Atenção às Urgências e Emergências	Percentual de etapas implantadas	100	Percentual
Inativos/Pensionistas - SMS	Ação Administrativa		
Informatização dos Postos de Saúde Municipais e Interligação em Rede no Sistema de Telecomunicações do Município	Postos de saúde informatizados e interligados em rede	50	Percentual
Laboratório Central de Análises Clínicas	Exames realizados	1200000	Unidade
Lazer e Saúde	Pessoas orientadas adequadamente	17000	Pessoa
Manutenção e Ampliação das Equipes do Programa de Saúde da Família (PSF)	Equipes atendendo	120	Equipe
Obrigações Patronais – SMS	Ação Administrativa		
Obrigações Patronais para o RPPS – SMS	Ação Administrativa		
Outros Benefícios Previdenciários – SMS	Ação Administrativa		
Ouvidoria	Percentual de etapas implantadas	100	Percentual
Prestadores Públicos e Privados de Saúde	Prestadores atendendo toda a população		
Pronto Atendimento	Pronto atendimento atendendo toda população		
Pronto Atendimento – FMS	Pronto atendimento atendendo toda população		
Publicidade – SMS	Ação Administrativa		

NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	SAMU atendendo toda a população em casos de emergência		
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - FMS	SAMU atendendo toda a população em casos de emergência		
Vigilância em Saúde	Vigilância em Saúde atendendo toda a população		
Vigilância em Saúde – FMS	Vigilância em Saúde atendendo toda a população		
PROGRAMA BEM-ME-QUER			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Abrigagem de Crianças e Adolescentes	Crianças e adolescentes atendidos	626	Pessoa
Abrigagem de Crianças e Adolescentes - FMS	Crianças e adolescentes atendidos		Pessoa
Ação Rua	Crianças/adolescentes e famílias atendidos	1515	Pessoa
Ação Rua – FMS	Crianças/adolescentes e famílias atendidos		Pessoa
Administração do Conselho Municipal de Assistência Social - FMS	Ação Administrativa		
Administração-Geral – FASC	Ação Administrativa		
Agente Jovem	Adolescentes atendidos	225	Pessoa
Agente Jovem – FMS	Adolescentes atendidos		Pessoa
Apoio e Manutenção de Creches – FMS	Famílias e crianças atendidas	6892	Pessoa
Atenção à Saúde Mental de Crianças e Adolescentes	Pessoas atendidas	1950	Pessoa
Atenção à Dependência Química	Público jovem e outros usuários de drogas	11000	Pessoa
Combate a Drogadição e Exploração Sexual Infantil - Disque Denúncia	Redução dos índices de violência e inclusão social	3390	Pessoa beneficiada
Dívida Interna – FASC	Ação Administrativa		
Encargos Especiais – FASC	Ação Administrativa		
NASCAS - Núcleo de Assistência a Crianças e Adolescentes	Pessoas atendidas	200000	Pessoa
Obrigações Patronais – FASC	Ação Administrativa		
Obrigações Patronais para o RPPS – FASC	Ação Administrativa		
Prevenção às drogas	Jovens atendidos	1000	Pessoa
Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - PEMSE	Adolescentes atendidos	1140	Pessoa
Publicidade – FASC	Ação Administrativa		
Sentinela	Crianças/adolescentes e famílias atendidos	160	Pessoa
Sentinela – FMS	Crianças/adolescentes e famílias atendidos		Pessoa
Serviço de Apoio Socioeducativo - SASE - FMS	Crianças/adolescentes e famílias atendidos	7245	Pessoa
Serviço de Apoio Socioeducativo - SASE	Crianças/adolescentes e famílias atendidos		Pessoa
Violência Não	Jovens atingidos	15000	Pessoa

PROGRAMA CARINHO NÃO TEM IDADE			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Ação em Geriatria	Unidade criada	2	Unidade
Administração-Geral – SME	Ação Administrativa		
Apoio e Atenção ao Idoso	Idosos atendidos	1856	Pessoa
Apoio e Atenção ao Idoso – FMAS	Idosos atendidos		Pessoa
De Bem com a Vida	Pessoas atendidas	46585	Pessoa
Promoção de Envelhecimento Saudável	Idosos atendidos	20000	Pessoa
Publicidade – SME	Ação Administrativa		
PROGRAMA CIDADE ACESSÍVEL			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Acessibilidade no Transporte	Pessoas habilitadas	25	Pessoa
Ações para Pedestres	Intersecções qualificadas	4	Unidade – intersecção
Adequação (revisão) da Sinalização das Vias Estruturadoras	Projetos executados	4	Projeto
Administração-Geral – SMT	Ação Administrativa		
Ampliação do Sistema Priorizado de Transporte Público - BRT	Projetos executados	20	Percentual
Atualização do Plano Diretor Setorial de Transportes	Plano aprovado	100	Percentual – projeto
Bilhetagem Eletrônica	Percentual de viagens utilizando cartão sobre total de viagens realizadas	30	Percentual de viagens
Construção de Trecho do Acesso Norte do Porto Seco – Via de Ligação da Av. Plínio Kroeff à Av. Assis Brasil	Construção e pavimentação de vias	1200	Metros
Educação no Trânsito	Público atingido	35000	Pessoa
Estacionamento Rotativo em Frente a Clínicas de Fisioterapia	Espaços para estacionamentos rotativos	100	Percentual
Operações Especiais de Fiscalização de Trânsito	Veículos vistoriados em blitz	23000	Veículo
Plano Municipal de Parceria Público-Privada	Contratos administrativos	1	Parcerias firmadas
Plano de Informação ao Usuário de Transporte Público	Projeto piloto e plano geral de comunicação	1	Unidade
Plano de Sinalização Semafórica	Cruzamentos com atuação veicular	11	Cruzamento
Publicidade – SMT	Ação Administrativa		
Qualificação da Infra-estrutura de Corredores, Estações e Terminais de Transporte Público	Quantidade de estações e terminais qualificados	20	Estação e terminal
Qualificação de Paradas de Ônibus	Paradas de ônibus qualificadas conforme padrão ou que mudam de hierarquia	150	Parada
Transporte Sustentável	km de ciclovia executados sobre km de ciclovia planejados	30	Percentual

PROGRAMA CIDADE INTEGRADA			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Administração-Geral – SMOV	Ação Administrativa		
Ampliação da Rede de Água	Rede ampliada	15	Percentual
Ampliação da Rede de Esgotos	Rede de esgoto ampliada	35	Percentual
Ampliação, Restauração e Manutenção de Parques Esportivos	Unidades recuperadas	36	Unidade
Comissão Permanente de Atuação em Emergências - COPAE	População socorrida	1000	Pessoa
Conservação da Rede de Iluminação Pública	Pontos de iluminação pública	75000	Unidade
Conservação de Vias Urbanas	Vias públicas	2600	Km
Construção e Recuperação de Prédios da SMAM	Prédios administrativos adequados seguros	35	Percentual
Elaboração de Projetos Executivos de Drenagem Urbana	Estudos	5	Projeto
Elaboração do Projeto 4º Distrito	Plano urbano de revitalização	40	Percentual
Elaboração do Projeto Orla do Guaíba	Definição de regras e diretrizes de ocupação da orla	100	Percentual
Esgoto Certo	Esgoto cloacal e pluvial separados	25	Percentual
Espaço Paradesportivo	Intervenções	15	Número
Fundo Municipal de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM	Equipamentos adquiridos	5	Equipamento
Manutenção da Rede de Água	Redes de água recuperadas	25	Percentual
Manutenção na Rede de Esgotos	Redes de esgoto recuperadas	25	Percentual
Melhoria do Espaço Físico	Condições de trabalho adequadas	25	Percentual
Melhoria do Tratamento de Água	Água potável de acordo com os padrões legais	25	Percentual
Melhoria do Tratamento de Esgoto	Esgoto tratado em níveis satisfatórios	25	Percentual
Melhoria na Infra-estrutura de Drenagem	Sistemas de drenagem urbana	5238	Metro
Melhorias no Sistema de Proteção Contra as Cheias	Sistema de drenagem pluvial	100	Percentual
Melhorias nos Sanitários Públicos de Porto Alegre	Sanitários implantados, reformados ou viabilizados	30	Número de sanitários reformados
Museu da Imagem e do Som – FUMPAHC	Implantação do museu	100	Percentual de implantação
Museu do Desporto	Implantação do museu	100	Percentual
Obras de Arte	Túneis, viadutos e pontes	3	Unidade
Orla do Guaíba	Plano implementado	25	Percentual
Passeio Livre	Campanhas	1	Número
Publicidade – SMOV	Ação Administrativa		
Qualificação do Viveiro e dos Serviços de Arborização (Parques e Praças)	Disponibilidade de mudas qualificadas para o plantio, conforme resolução COMAM nº 05/2006	30	Percentual
Qualificação e Ampliação da Iluminação das Áreas Públicas	Substituição e ampliação dos pontos de iluminação pública	24000	Ponto
Qualificação e Ampliação da Rede de Equipamentos Culturais do Município	Equipamentos recuperados/implantados	12	Unidade

NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Reforma e Manutenção de Prédios Públicos	Próprios municipais	50	Unidade
Reluz - Coordenação junto ao Órgão Financeiro	Ações do programa	50	Percentual
Saneamento para Todos	Sistema de drenagem pluvial	34	Percentual
Saneamento para Todos - Coordenação junto ao Órgão Financeiro	Ações do programa	34	Percentual
Supervisão Técnica da Execução de Obras para Acessibilidade	Número de projetos elaborados	20	Percentual
Valorize sua Calçada	Campanhas	1	Número
Vias Estruturais	Vias qualificadas	10000	Metro de via
PROGRAMA CRESCE PORTO ALEGRE			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Administração-Geral – SMIC	Ação Administrativa		
Caminhos Rurais de Porto Alegre	Roteiro turístico Caminhos Rurais de Porto Alegre	39	Percentual da ampliação do número de turistas
Captação de Recursos de Investimentos e Relações Internacionais	Viabilização da Execução de projetos municipais, gerando mais emprego e renda	35	Milhões de reais captados
Desenvolvimento do Complexo do Porto Seco	Complexo Porto Seco desenvolvido	19	Percentual de empresas instaladas
Desenvolvimento do Parque Industrial da Restinga	Estudos realizados	1	Estudo
Fiscalização do Comércio Ilegal	Aumento do número e qualidade dos equipamentos e fiscais treinados	100	Percentual
Implantação de Marinas Públicas em Belém Novo e Ipanema	Desenvolvimento de projetos	1	Ancoradouro com infra-estrutura
Incentivo ao Turismo	Ação Administrativa		
Incentivos para Empreendimentos Ambientalmente Responsáveis	Empreendimentos ambientalmente responsáveis	35	Percentual
Informação Turística - Geração e Distribuição	Informação turística gerada e distribuída	100	Percentual de cumprimento de projeto
Linha Turismo	Linha Turismo	25	Percentual de ampliação do público atendido
Marketing Turístico	O destino turístico competitivo, com visibilidade e identidade reforçada	30	Percentual de cumprimento de projeto
Oferta Turística - Consolidação, Desenvolvimento e Qualificação	Oferta turística diversificada e qualificada	70	Percentual de cumprimento do projeto
Porto Alegre Rural - Fomento à Produção e Comercialização	Produção agrícola em Porto Alegre	1	Produção
Publicidade – SMIC	Ação Administrativa		
Qualificação do Licenciamento Ambiental	Agilidade no licenciamento	25	Percentual
Serviço de Atenção ao Turismo	Atendimento nas nove unidades do Serviço de Atenção ao Turista	75	Percentual de público atendido
Sistema Nacional de Emprego – SINE / Emprego Certo	Empregos gerados	4875	Pessoa
Turismo e as Relações Institucionais e Parcerias	Relações institucionais consolidadas	39	Percentual de cumprimento do projeto
Turismo na Promoção, Apoio e Participação em Eventos	O destino turístico Porto Alegre promovido	33	Percentual de cumprimento do projeto

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – PDM			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Administração-Geral – DEP	Ação Administrativa		
Aquisição de Equipamentos para Controle Ambiental	SMAM qualificada	2	Quantidade de equipamentos
Auditoria Contábil	Atendimento das normas contábeis definidas para o Programa	1	Número de auditorias
Conduto Forçado Álvaro Chaves – BID	Canalização pluvial	50	Metros
Construção e Pavimentação de Vias Urbanas	Pavimentação	5000	Metro
Consultoria	Obras do programa	5	Percentual
Gerenciamento do Programa	Conclusão do programa	10	Percentual
Indicadores de Desenvolvimento Urbano Georreferenciados	Indicadores de desenvolvimento urbano georreferenciados	5	Sistema implantado
Obras Corretivas	Intervenções geométricas, sinalização e pavimentação	15	Unidade
Publicidade – DEP	Ação Administrativa		
Redesenho de Processos Organizacionais	Processos redesenhados implantados	2	Número de processos
Redesenho de Processos Organizacionais - SMS	Sistema informatizado eficaz	1	Sistema
SIAT - Sistema Integrado de Administração Tributária	Aumento da arrecadação municipal	80	Percentual de desenvolvimento e implantação
PROGRAMA GURIZADA CIDADÃ			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Administração-Geral – SMJ	Ação Administrativa		
Atendimento a PCDs e Surdos	Crianças e adolescentes atendidos	1196	Pessoa
Atendimento a PCDS e Surdos – FMAS	Crianças e adolescentes atendidos		Pessoa
Atividades Culturais para Jovens	Estímulo à participação de jovens e organizações juvenis em programas e eventos	20	Ação desenvolvida
Atividades Desportivas, Paradesportivas, Recreativas de Lazer e Inclusão Social para Crianças/Adolescentes	Jovens e crianças atendidas	815903	Pessoa
Centro de Promoção da Juventude	Melhoria da condição de acesso dos jovens ao mercado de trabalho	1	Centro de operação
Escola de Circo	Crianças matriculadas	120	Pessoa
Pró-Jovem	Aumento das perspectivas de ascensão social dos jovens participantes	7200	Jovem matriculado
Publicidade – SMJ	Ação Administrativa		
Tenda da Juventude	Integração da juventude a comemorações, campanhas e acontecimentos na Cidade	60000	Público participante
Trabalho Educativo a Adolescentes	Adolescentes atendidos	1715	Pessoa
Trabalho Educativo a Adolescentes – FMAS	Adolescentes atendidos		Pessoa
Trabalho para a Juventude	Jovens atendidos	15000	Pessoa

PROGRAMA INTEGRADO ENTRADA DA CIDADE – PIEC			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Ações de Políticas Sociais	Pesquisa de diagnóstico	6000	Pessoa
Apoio Operacional	Ações do programa	50	Percentual
Auditoria Contábil	Atendimento das normas contábeis definidas para o programa	1	Número de auditorias
Criação e Promoção da Cooperativa de Produção e Serviços	Cooperativa de produção	1	Unidade
Gerenciamento do Programa	Ações do programa	50	Percentual
Implantação de Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos	Unidade de triagem	1	Unidade de triagem
Implementação do Centro Regional de Desenvolvimento	Centro regional de desenvolvimento	100	Capacidade utilizada em percentual
Intervenções de Urbanização	Unidades habitacionais produzidas	307	Número de unidades habitacionais
Mobilização e Organização Comunitária	Rede social das comunidades articulada e capacitada	6000	Pessoa
Obras de Recuperação do Sistema de Drenagem e Proteção contra as Cheias	Sistema de proteção	50	Percentual
Obras Viárias do PIEC	Construção e pavimentação de vias	1500	Metro
Recuperação, Melhoria e Manutenção de Áreas de Lazer Existentes	Praças/Parque recuperado	25	Unidade
Tratamento Paisagístico de Novas Áreas Verdes	Jardim implantado	50	Percentual
PROGRAMA LUGAR DA CRIANÇA É NA FAMÍLIA E NA ESCOLA			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Administração-Geral - SMED – Centralizada	Ação Administrativa		
AECA - Abrindo Espaços na Cidade que Aprende	Participação da comunidade escolar e do entorno	80000	Número de pessoas envolvidas
Alimentação Escolar	Refeições servidas	12000000	Número de refeições servidas na Rede Municipal de Ensino
Ampliação e Manutenção de Atendimento Escolar - Especial	Escolarização e inclusão social de crianças, jovens e adultos	1640	Pessoa
Ampliação e Manutenção de Atendimento Escolar - Fundamental	Escolarização e inclusão social de crianças, jovens e adultos	14719	Pessoa
Ampliação e Manutenção de Atendimento Escolar - Infantil	Escolarização e inclusão social de crianças	3588	Pessoa
Ampliação e Manutenção de Atendimento Escolar - Médio	Escolarização e inclusão social de crianças, jovens e adultos	574	Pessoa
Apoio ao Trabalhador em Educação	Trabalhador atendido	1230	Pessoa (casos discutidos, readaptações, aposentadorias p/ invalidez, atendimentos individuais)
Bonde da Cidadania	Jovens e crianças atendidos	3500	Pessoa
Cidade Escola	Crianças usufruindo da plena cidadania	4500	Pessoa
Conversações Pedagógicas	Seminários e cursos	22000	Participante (comunidade escolar e público externo)
Escola Acessível	Intervenções	1	Números
Graxaim	Crianças de 02 a 06 anos	2200	Número de crianças atendidas
Inativos/Pensionistas – Especial	Ação Administrativa		

NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Inativos/Pensionistas – Infantil		Ação Administrativa	
Inativos/Pensionistas – Regular		Ação Administrativa	
Inativos/Pensionistas – SMED		Ação Administrativa	
Inclusão Social, Cultural, Digital e Esportiva - Ed. Especial	Profissionais e alunos	8000	Número de atendimentos
Inclusão Social, Cultural, Digital e Esportiva - Ed. Infantil	Profissionais e alunos	17500	Número de atendimentos
Inclusão Social, Cultural, Digital e Esportiva - Ens. Fundamental	Profissionais e alunos	14719	Número de atendimentos
Inclusão Social, Cultural, Digital e Esportiva - Ens. Médio	Profissionais e alunos	2800	Número de atendimentos
Multiplicando Conceito (Política e Cidadania)	Formação	4	Evento
Obrigações Patronais - SMED - Administração-Geral		Ação Administrativa	
Obrigações Patronais - SMED - Ensino Especial		Ação Administrativa	
Obrigações Patronais - SMED - Ensino Infantil		Ação Administrativa	
Obrigações Patronais - SMED - Ensino Médio		Ação Administrativa	
Obrigações Patronais - SMED - Ensino Regular		Ação Administrativa	
Obrigações Patronais para o RPPS - SMED - Administração-Geral		Ação Administrativa	
Obrigações Patronais para o RPPS - SMED - Ensino Especial		Ação Administrativa	
Obrigações Patronais para o RPPS - SMED - Ensino Infantil		Ação Administrativa	
Obrigações Patronais para o RPPS - SMED - Ensino Médio		Ação Administrativa	
Obrigações Patronais para o RPPS - SMED - Ensino Regular		Ação Administrativa	
OP SMED	Participantes da comunidade escolar	97	Percentual de pessoas envolvidas
Outros Benefícios Previdenciários - Educação Especial		Ação Administrativa	
Outros Benefícios Previdenciários - Educação Infantil		Ação Administrativa	
Outros Benefícios Previdenciários - Ensino Regular		Ação Administrativa	
Outros Benefícios Previdenciários – SMED		Ação Administrativa	
Primeira Infância – PIM	Acompanhamento às gestantes e crianças até 6 anos em vulnerabilidade	800	Número de gestantes e crianças até 6 anos acompanhadas
Projeto Integrado de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social	Famílias, crianças e adolescentes atendidos	10000	Pessoa
Projeto Jovens Empreendedores	Qualificação de jovens trabalhadores/empreendedores	520	Jovem qualificado
Publicidade – Especial		Ação Administrativa	
Publicidade - SMED – Centralizada		Ação Administrativa	
Vou à Escola	Criança participante	6000	Pessoa

PROGRAMA MAIS RECURSOS, MAIS SERVIÇOS			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Ação para Redução de Inadimplência	Inadimplência reduzida	20	Percentual de inadimplência
Administração-Geral – SMF	Ação Administrativa		
Ampliação da Arrecadação do ITBI	Arrecadação aumentada	926100	Arrecadação efetiva do imposto
Ampliação da Arrecadação ISSQN	Implantação de sistema	1	Unidade
Atualização e Modernização do Cadastro Imobiliário	Aumento da receita do Município	85	Percentual da taxa de cobertura do cadastro imobiliário residencial
Cobrança de Preço Público pelo Uso do Espaço Público por Redes de Infra-estrutura	Aumento da arrecadação para o Município	100	Percentual de redes cadastradas que serão cobradas
Direitos Difusos	Ação Administrativa		
Dívida Externa – EGM	Ação Administrativa		
Dívida Interna – EGM	Ação Administrativa		
Encargos Especiais – EGM	Ação Administrativa		
Encargos Gerais – EGM	Ação Administrativa		
Fundo de Iluminação Pública	Manutenção da iluminação pública	Atende a toda população	
Implantação da Controladoria-Geral do Município	Eficiência do controle interno	85	Percentual do volume de processos que são objeto de controle
Incremento na Comercialização	Aumento da receita	45	Percentual de incremento da receita
Melhoria da Eficiência da Cobrança de Tributos	Índice de pagamentos	5	Porcentagem do total da dívida ativa ao final de cada ano
Melhoria nos Processos de Arrecadação	Arrecadação aumentada	34	Percentual
Obrigações Patronais – EGM	Ação Administrativa		
Pagamento de Decisão do STF referente ao Fundo de Previdência do Legislativo	Ação Administrativa		
Parcerias com 3º Setor	Redução da geração de resíduos	25	Percentual de execução dos projetos
Programa de Redução de Perdas de Água	Redução de perdas	25	Percentual
PROCON Municipal	Procon implantado	1	Unidade
Publicidade – SMF	Ação Administrativa		
Setorização do Planejamento de Água e de Esgoto	Operação planejada regionalmente	25	Percentual
PROGRAMA PORTO ALEGRE DA MULHER			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Ampliação na Prevenção do Câncer de Colo de Útero	Coletas realizadas	74970	Exame realizado
Ampliação na Prevenção do Câncer de Mama	Mulheres atendidas	59535	Pessoa
Complementação de Renda Familiar para Mulheres	Mulheres preparadas para o mercado de trabalho	900	Pessoa

PROGRAMA PORTO DA INCLUSÃO			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Administração-Geral – DEMHAB	Ação Administrativa		
Administração-Geral – SMC	Ação Administrativa		
Artes Plásticas	Eventos realizados/público atingido	55000	Pessoa
Artes Visuais e Imagens - Incentivo ao Curta	Eventos realizados/público atingido	3000	Pessoa
Atendimento da Defesa Civil	Pessoas atendidas	600	Pessoa
Atendimento à População Adulta	Adultos atendidos	943	Pessoa
Atendimento à População Adulta – FMAS	Adultos atendidos		Pessoa
Atividades Desportivas	Projetos apoiados	9	Projeto
Auxílio às Entidades Estaduais de Direção do Desporto Olímpico e Amador com Sede nesta Capital	Implantação da diretriz e das metas	100	Diretriz e meta
Água Certa	Eliminar a contaminação da água	30000	Família atendida
Cadastro Único de Programas Sociais	População de Porto Alegre que esteja dentro do perfil do Programa Cadastro Único	60000	Pessoa
Cadastro Único de Programas Sociais – FMAS	População de Porto Alegre que esteja dentro do perfil do Programa Cadastro Único		Pessoa
Carnaval e Universidade Popular do Carnaval	Evento realizado/público atingido	235000	Pessoa
Casas de Emergências	Casas de emergência fornecidas	500	Número de casas de emergência
Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade Racial	Cursos, oficinas, seminários e conferências	15000	Pessoa
Definição de Áreas para Habitação de Interesse Social	Detalhamento do Plano Diretor	20	Percentual
Democratização Cultural	Evento realizado/público atingido	34000	Pessoas
Democratização Cultural – Funcultura	Eventos realizados/público atingido	34000	Pessoa
Família, Apoio e Proteção	Famílias atendidas	72232	Pessoa
Família, Apoio e Proteção – FMAS	Famílias atendidas		Pessoa
Fomento ao Trabalho de Artesanato	Cursos realizados/semana	21	Curso/semana
Fomento à Produção Cultural	Projetos financiados	50	Projeto
Fortalecimento dos Programas de Alfabetização e Letramento de Jovens e Adultos	Aluno escolarizado	40000	Número de alunos inscritos
Geração de Renda via Coleta Seletiva	Posto de triagem e central de comercialização	100	Percentual de implantação dos projetos
Imagens – Funcultura	Eventos realizados/público atingido	55000	Pessoa
Imagens – FUMPACH	Eventos realizados/público atingido	55000	Pessoa
Implantação e Manutenção do Sistema Mun. de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável-SIMSANS	Promoção, garantia e defesa do direito humano à alimentação e nutrição	19000	Pessoa
Implantação e Manutenção do Sistema Mun. de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável-SIMSANS-FMAS	Promoção, garantia e defesa do direito humano à alimentação e nutrição		Pessoa
Implementar Semana PPD	Pessoas com deficiência orientadas	30000	Pessoa

NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Inativos/Pensionistas – DEMHAB	Ação Administrativa		
Inativos/Pensionistas – FASC	Ação Administrativa		
Incentivo ao Cooperativismo	Lotes urbanizados com infra-estrutura	910	Número de famílias atendidas
Deficiente Produtivo	Eventos	12	Número de eventos
Jogos Paradesportivos de Porto Alegre	Eventos de modalidade paradesportiva	6	Número de eventos paradesportivos
Livro e Literatura	Eventos realizados/público atingido	26000	Pessoa
Música	Eventos realizados/público atingido	80000	Pessoa
Nativismo e Manifestações Populares	Eventos realizados/público atingido	500000	Pessoa
Outros Benefícios Previdenciários - DEMHAB	Ação Administrativa		
Outros Benefícios Previdenciários – FASC	Ação Administrativa		
PAR - Programa de Arrendamento Residencial	Famílias indicadas	980	Número de famílias beneficiadas
Porto Alegre em Cena	Eventos realizados/público atingido	20000	Pessoa
Projetos Habitacionais	Unidades habitacionais produzidas e infra-estrutura em loteamentos	1885	Número de famílias beneficiadas
Promoção da Inclusão Produtiva	Adultos em situação de rua atendidos	250	Pessoas
Promoção da Inclusão Produtiva – FMAS	Adultos em situação de rua atendidos		Pessoas
Publicidade – DEMHAB	Ação Administrativa		
Publicidade – SMC	Ação Administrativa		
Qualificação Profissional – Planteq	Treinamento e qualificação profissional	650	Pessoa
Qualificação Profissional de Cidadãos de Baixa Renda nos Moldes do PETC	Qualificação de cidadãos para o mercado de trabalho	920	Pessoas
Regularização Fundiária Judicial	Ocupantes notificados	500	Imóveis
Regularizações de Contratos	Contratos regularizados	830	Número de contratos regularizados
Reurbanização de Áreas Ocupadas	Áreas regularizadas	300	Número de famílias atendidas
Segurança Alimentar - Fome Zero - Cozinhas Comunitárias	Implantação de cozinhas comunitárias	3	Cozinhas
Segurança Alimentar - Fome Zero- Cestas Básicas	Cestas básicas	15000	Famílias
Segurança Alimentar - Restaurantes Populares	Restaurantes implantados	9	Restaurantes
Segurança Alimentar- Fome Zero – Geração de Renda e Formação Profissional	Cursos de qualificação profissional	3000	Famílias
Semana de Porto Alegre	Eventos realizados/público atingido	30000	Pessoa
Sistema Integrado de Inclusão Social	Unidades de atendimento	31	Número
Teatro Aberto	Eventos realizados/público atingido	150000	Pessoas
Usina do Gasômetro	Eventos realizados/público atingido	85000	Pessoa

PROGRAMA PORTO DO FUTURO			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Administração-Geral – SEACIS	Ação Administrativa		
Apresentação do Código Municipal do Meio Ambiente	Código elaborado	100	Percentual
Arquitetura com Acessibilidade	Convênios	1	Número
Certificação de Acessibilidade	Estudo de elaboração de leis e certificação	1	Número
Desenvolvimento do Plano Diretor de Resíduos Sólidos	Plano Diretor	100	Percentual de execução do Plano
Operação Urbana Lomba do Pinheiro	Plano de melhorias e implantação do Comitê de Desenvolvimento	20	Percentual de execução da ação
Pesquisa e Assessoria em Acessibilidade e Inclusão Social	Desenvolvimento de pesquisa	1	Número
Plano Diretor de Acessibilidade	Estudo e elaboração de plano	1	Número
Plano Diretor de Drenagem Urbana	Elaboração do Plano	10	Sub-bacias hidrográficas
Plano Estratégico da Zona Sul	Plano de ações locais	30	Percentual de execução do Plano
Publicidade – SEACIS	Ação Administrativa		
Regulação de Atividades Publicitárias na Paisagem Urbana	Mapeamento dos veículos de divulgação e áreas de interesse visual	25	Percentual
Selo de Acessibilidade	Estudo e elaboração de leis e planos	1	Número
Sinalização e Imobiliário Urbano	Estudo e implantação de dispositivos	1	Número
PROGRAMA PORTO VERDE			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Administração-Geral – DMLU	Ação Administrativa		
Administração-Geral – SMAM	Ação Administrativa		
Administração-Geral - SMAM - Fundo Pró-Ambiente	Ação Administrativa		
Assessoria Ambiental	Obra e serviço de dragagem de arroio com licenciamento ambiental	15	Unidade
Conservação das Áreas de Preservação Permanente	Áreas de preservação permanente conservadas	25	Percentual
Dívida Interna – DMLU	Ação Administrativa		
Educação Ambiental	População conscientizada	25	Percentual
Educação Ambiental no Município de Porto Alegre	Pessoas atingidas pela educação ambiental	25000	Pessoas
Encargos Especiais – DMLU	Ação Administrativa		
Implantação de novas Áreas Verdes de Acesso Público e Qualificação das Existentes	Áreas verdes qualificadas/urbanizadas	4	Hectare de área urbanizada e/ou recuperada
Inativos/Pensionistas – DMLU	Ação Administrativa		
Limpeza Urbana	Ação Administrativa		
Memória da Cidade – FUMPAHC	Eventos realizados/público atingido	15000	Pessoa

NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Obrigações Patronais – DMLU	Ação Administrativa		
Obrigações Patronais para o RPPS – DMLU	Ação Administrativa		
Outros Benefícios Previdenciários – DMLU	Ação Administrativa		
Parques e Comunidade uma Interação através da Educação Ambiental com Uso da Compostagem	Unidades de compostagem implantadas	3	Unidade
Plano de Manejo de Unidades de Conservação	Plano elaborado	10	Percentual
Plantio de Árvores em Vias Públicas	Árvores plantadas	10000	Unidade
Porto Alegre Cidade Amiga da Amazônia	Implementação nos órgãos da PMPA das recomendações do Convênio	8	Percentual
Projeto Ecoparque	Redução de resíduos para aterros sanitários	95	Percentual de execução do projeto
Pró-Dilúvio	Qualificação ambiental da bacia do Arroio Dilúvio	19	Percentual
Publicidade – DMLU	Ação Administrativa		
Publicidade – SMAM	Ação Administrativa		
Qualificação da Manutenção dos Parques, Praças e Jardins da Cidade	Parques e praças em boas condições de uso	30	Percentual
Qualificação do Processo de Coleta, Triagem e Destinação de Resíduos	Cidade limpa	2	Pesquisa de satisfação
Restauração do Patrimônio Artístico - FUMPAHC	Obras restauradas/recuperadas	25	Obra
Recuperação das Nascentes do Arroio Dilúvio	Projeto executado	50	Percentual
PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Administração e Supervisão PISA	Programa administrado e gerenciado	20	Percentual de execução do projeto
Coordenação junto ao Órgão Financeiro	Ações do programa	5	Percentual de execução do programa
Melhoria da Qualidade das Águas - Sistema de Esgoto Sanitário	Recursos hídricos de boa qualidade	84	Percentual do empreendimento
Obras do Projeto de Proteção Contra as Cheias no Sistema Cavalhada	Sistema de proteção	20	Percentual
Plano Básico de Gestão Ambiental Urbana	Plano elaborado	22	Percentual
Programa Emergencial de Emprego e Renda	Emprego e renda	20	Percentual de famílias atendidas
Projeto de Habitação de Interesse Social	Unidades habitacionais produzidas	352	Número de unidades habitacionais
PROGRAMA VIVA O CENTRO			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Acompanhamento Permanente	Atendimento de caráter social com redução no número de moradores de rua	40	Número de moradores de rua
Administração-Geral – SPM	Ação Administrativa		
Caminho dos Antiquários	Realização da feira de antiguidades	48	Número de eventos

NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Caminho dos Livros	Evento	30	Número de eventos
Centro Popular de Compras	Centro popular de compras implantado	100	Reordenamento do comércio no centro de Porto Alegre em percentual
Corredor Cultural	Reurbanização de vias e implantação da linha do bonde	78	Percentual realizado
Elaboração do Plano Diretor do Centro	Plano estratégico	1	Plano
Fundo Monumenta	Fundo implantado	1	Fundo
Linha do Bonde	Captação de recursos	97	Percentual
Mercado Público Central – FUNMERCADO	Revitalização interna e externa do Mercado Público Central de Porto Alegre	2	Ação de revitalização
Mobilidade e Acessibilidade no Centro	Obra implantada	100	Percentual
Projeto Monumenta	Obras realizadas	10	Unidade
Publicidade – SPM	Ação Administrativa		
Revitalização Paisagística do Centro	Praça requalificada	40	Percentual
PROGRAMA VIZINHANÇA SEGURA			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Administração-Geral – SMDHSU	Ação Administrativa		
Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP'S	Dezesseis Centros de Referência de Segurança Urbana	16	Indicadores de violência e criminalidade
Centro de Formação de Multiplicadores em Direitos Humanos	Cursos, palestras, seminários, conferências e oficinas	750	Pessoa
Centro de Formação e Treinamento da Guarda Municipal	Qualificação do efetivo da Guarda Municipal	500	Número de servidores qualificados
Centro de Referência às Vítimas de Violência – CRVV	Número de atendimentos - número de palestras e oficinas	700	Número de atendimentos/pessoas beneficiadas
Cidadania e Paz	Palestras e oficinas	2000	Número de participantes nas palestras, cursos e oficinas
Difusão dos Conceitos de Defesa Civil - Projeto Escola	Jovens treinados	700	Aluno
Integração com a Secretaria de Justiça e Segurança	Integração	100	Percentual de integração
Modernização da Guarda Municipal	Modernização e qualificação da guarda municipal	500	Servidor qualificado
Projeto de Inclusão Digital - Programa Telecentros	Cursos de informática com atividade complementar e usuários dos telecentros em funcionamento	60000	Número de usuários que utilizam os serviços e usuários capacitados
Publicidade – SMDHSU	Ação Administrativa		
Vizinhança Segura	Banco de dados da Guarda Municipal	50	Número de locais que recebem patrulhamento
PROGRAMA GESTÃO TOTAL			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Administração-Geral – DMAE	Ação Administrativa		
Administração-Geral – GP	Ação Administrativa		
Administração-Geral – PGM	Ação Administrativa		

NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Administração-Geral – PREVIMPA			Ação Administrativa
Administração-Geral – SMA			Ação Administrativa
Administração-Geral – SMGAE			Ação Administrativa
Atenção à Qualidade de Vida dos Servidores	Projetos e ações de melhoria de qualidade de vida do servidor	25	Percentual de ações implementadas no ano
Adequação da Legislação Municipal frente à Reforma Previdenciária	Legislação atualizada	100	Percentual da adequação e atualização da legislação municipal
Adequação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais	Legislação atualizada	1	Projeto de lei complementar finalizado
Atendimento à Saúde do Servidor	Servidores atendidos	10000	Pessoa
Automação de Processos	Processos automatizados	10	Percentual
Compensação Financeira Previdenciária - COMPREV			Ação Administrativa
Desenvolvimento de Relações Institucionais	Redesenho de processos	100	Percentual
Dívida Interna – DEMHAB			Ação Administrativa
Dívida Interna – DMAE			Ação Administrativa
Encargos Especiais – DEMHAB			Ação Administrativa
Encargos Especiais – DMAE			Ação Administrativa
Encargos Especiais – PREVIMPA			Ação Administrativa
Escola de Gestão	Cursos de capacitação	95	Quantidade de cursos
Gestão Integrada	Cumprimento de metas	100	Percentual
Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação no DMAE	Governança de tecnologia da informação e comunicação	22	Percentual
Implantação do Geoprocessamento	Sistema de geoprocessamento	1	Sistema
Implementação do Sistema de Monitoramento	Relatórios e programas	2	Documento
Inativos – PREVIMPA			Ação Administrativa
Inativos/Pensionistas - Administração Direta			Ação Administrativa
Inativos/Pensionistas – DMAE			Ação Administrativa
Inativos/Pensionistas – Legislativo			Ação Administrativa
Melhoria do Atendimento ao Usuário	Usuário satisfeito	15	Percentual
Modernização de equipamentos de informática	Equipamentos modernos - computadores, impressoras, "scanners"	400	Conjunto de equipamentos
Motivação dos Colaboradores	Colaboradores motivados	625	Quantidade de pessoas
Obrigações Patronais – DEMHAB			Ação Administrativa
Obrigações Patronais – DMAE			Ação Administrativa
Obrigações Patronais – PREVIMPA			Ação Administrativa
Obrigações Patronais para o RPPS – DEMHAB			Ação Administrativa
Obrigações Patronais para o RPPS – DMAE			Ação Administrativa
Obrigações Patronais para o RPPS - PREVIMPA			Ação Administrativa

NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Outros Benefícios Previdenciários - Administração Direta			Ação Administrativa
Outros Benefícios Previdenciários – DMAE			Ação Administrativa
Outros Benefícios Previdenciários - Legislativo			Ação Administrativa
Outros Benefícios Previdenciários - PRE-VIMPA			Ação Administrativa
Plano de Saúde do Servidor	Projeto implementado	25	Percentual de realização do projeto
Publicidade – DMAE			Ação Administrativa
Publicidade – GP			Ação Administrativa
Publicidade – PGM			Ação Administrativa
Publicidade – PREVIMPA			Ação Administrativa
Publicidade – SMA			Ação Administrativa
Publicidade – SMGAE			Ação Administrativa
Qualidade e Produtividade	Processos qualificados	34	Percentual
Reaparelhamento e Modernização da PGM	Processos informatizados	50	Percentual
Recadastramento de Ativos, Inativos e Pensionistas	Viabilização do Regime Próprio de Previdência do Município de POA	8	Percentual de servidor público municipal e seus dependentes
Reserva do RPPS			Ação Administrativa
Revisão do Plano de Carreiras	Plano de carreiras revisado e atualizado a ser detalhado em projeto específico	25	Percentual
Revisão Organizacional de Processos nas Secretarias e Órgãos	Formalização dos novos organogramas/operação dos novos fluxos de RH	6	Número de órgãos(2/ano)/número de processos de RH revisados(4/ano)
Suporte em Tecnologia da Gestão em Saúde	Sistema implantado	1	Unidade
Universidade Corporativa/Capacitação dos Colaboradores	Funcionários qualificados	625	Quantidade de funcionários qualificados
PROGRAMA GOVERNANÇA SOLIDÁRIA LOCAL			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Acompanhamento do Processo de Gestão das Governanças Solidárias Locais	Pesquisas	3	Unidade
Administração-Geral – SMCPGL			Ação Administrativa
Agentes da Transformação	Jovens Participantes	700	Pessoas
Auxílio Financeiro a Entidades	Número de entidades conveniadas	115	Unidade
Comitê Gestor de Relações com a Sociedade	Comitê gestor de informações	9	Reunião
Comitê Gestor Local	Demandas atendidas	100	Percentual
Defesa Civil			Ação Administrativa
DEM HAB - Comunicação com a Sociedade	Divulgação das ações do DEM HAB	1	Unidade
Formação, Capacitação e Educação Continuada para as GSLs	Cursos e seminários	3000	Pessoas
Gestão Democrática do Plano Diretor	Número de propostas de estudos urbanos	8	Unidade

NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Implantação da Governança Solidária Local no Município de Porto Alegre	Número de equipes de articulação	17	Unidade
Sistema de Informação da GSL	Banco de dados por região	17	Unidade
PROGRAMA ORÇAMENTO PARTICIPATIVO			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Estoque de Demandas - Sustentabilidade	Demandas não executadas período de 1990 a 2004	161	Demanda
Financiamento Estoque Demandas - Sustentabilidade OP	Obras Realizadas	50	Unidade
Financiamento Local – URBAL	Implantação de Sistema de Capacitação Internacional	1	Unidade
Planejamento e Programação Orçamentária	Elaboração e acompanhamento da execução orçamentária	3	Peça orçamentária
Plano de Investimentos	Demandas deliberadas OP- PIs 2005, 2006, 2007 e 2008	350	Demanda
Publicidade – SMCPGL	Ação Administrativa		
Realização do Ciclo do Orçamento Participativo	Aumento de pessoas no processo do OP	22500	Pessoa participante
PROGRAMA RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Reserva de Contingência	Ação Administrativa		

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IA – DE METAS E PRIORIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
2009

PROGRAMA CÂMARA MUNICIPAL			
NOME DA AÇÃO	PRODUTO	META 2009	UNIDADE DE MEDIDA
Atividade Legislativa	Operacionalidade da CMPA	100	Percentual
Atividades Culturais	Atividades culturais da CMPA	100	Percentual
Auxílio-Alimentação	Funcionário atendido	100	Percentual
Benefícios Assistenciais	Auxílio-creche e auxílio-funeral	100	Percentual
Concurso Sioma Breitman de fotografia	Realização do Evento	100	Percentual
Continuidade Obras Palácio Aloísio Filho	Cumprir o programa de obras do ano	100	Percentual
Convênio com a UFRGS/FABICO para catalogação e inserção de dados em sistema informatizado.	Dados bibliográficos e dados legais informatizados.	100	Percentual
Encargos da Previdência	Encargos Previdenciários	100	Percentual
Escola do Legislativo	Realização ou custeio de cursos, seminários e treinamento para os servidores do Legislativo	100	Percentual
Fórum Democrático de Desenvolvimento Municipal	Estudo envolvendo aspectos do desenvolvimento municipal	100	Percentual
Implantação de estúdio e sonorização, incluindo os equipamentos necessários	Estúdio de sonorização	100	Percentual
Obrigações Patronais	Encargos patronais	100	Percentual
Outros Benefícios Assistenciais	Assistência médica	100	Percentual
Processamento de Dados	Manter a operacionalidade do sistema	100	Percentual
Publicidade	Publicações legais e institucionais	100	Percentual
Reforma Sala da Taquigrafia e Adequação Mobiliária	Projeto, obras e substituição de mobiliário	100	Percentual
Salão de Artes Plásticas	Realização do evento	100	Percentual
Semana da Consciência Negra	Realização de atividade cultural específica	100	Percentual
Substituição e manutenção de máquinas, equipamentos e mobiliário das repartições da Câmara Municipal	Equipamentos, máquinas e mobiliário substituídos	100	Percentual
Vale-Transporte	Funcionário atendido	100	Percentual

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - DE METAS FISCAIS
2009

LRF, art.4º, § 2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2009			2010			2011		
	VALOR CORRENTE (A)	VALOR CONSTANTE	% PIB(A)	VALOR CORRENTE (B)	VALOR CONSTANTE	% PIB(B)	VALOR CORRENTE (C)	VALOR CONSTANTE	% PIB(C)
Receita Total	3.073.088.269	2.944.438.937	0,015	3.263.388.411	3.000.697.063	0,014	3.367.601.053	2.972.389.398	0,013
Receitas Não-Financeiras (I)	2.933.737.734	2.810.922.063	0,014	3.114.047.611	2.863.377.675	0,013	3.304.880.396	2.917.029.451	0,013
Despesa Total	3.073.088.269	2.944.438.937	0,015	3.263.388.411	3.000.697.063	0,014	3.367.601.053	2.972.389.398	0,013
Despesas Não-Financeiras(II)	2.932.933.680	2.810.151.669	0,014	3.113.892.341	2.863.234.904	0,013	3.284.176.162	2.898.755.004	0,013
Resultado Primário (I-II)	804.054	770.394	0,000	155.271	142.772	0,000	20.704.234	18.274.447	0,000
Resultado Nominal	(7.939.355)	(7.606.988)	0,000	(9.418.095)	(8.659.971)	0,000	-15.510.740	-13.690.446	0,000
Dívida Pública Consolidada	775.366.905	742.907.559	0,004	810.159.790	744.944.762	0,003	805.664.187	711.113.832	0,003
Dívida Consolidada Líquida	556.057.862	532.779.497	0,003	546.639.768	502.637.179	0,002	531.129.028	468.797.303	0,002

Nota:

Variável	2009	2010	2011
Projeção do PIB/RS -	211.328.850.000	232.027.880.000	254.868.800.000

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II – DE METAS FISCAIS

AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO
EXERCÍCIO ANTERIOR
2009

As metas fiscais para o exercício de 2007 foram aprovadas pela Lei Municipal nº 10.065, de 10 de outubro de 2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A Tabela 1 apresenta a comparação das metas fiscais previstas com as realizadas:

TABELA 1 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO
EXERCÍCIO ANTERIOR
2007

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2007 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2007 (b)	% PIB	R\$ 1,00 Variação	
					Valor	%
					(c) = (b) - (a)	(b) / (a) x 100
Receita Total	2.681.501.531	0,015	2.614.997.835	0,015	-66.503.696	-2,48
Receitas Primárias (I)	2.565.151.479	0,015	2.543.419.524	0,015	-21.731.955	-0,85
Despesa Total	2.681.501.531	0,015	2.579.424.964	0,015	-102.076.567	-3,81
Despesas Primárias(II)	2.563.801.479	0,015	2.487.385.811	0,014	-76.415.668	-2,98
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.350.000	0,000	56.033.713	0,000	54.683.713	4.050,65
Resultado Nominal	-56.587.192	0,000	-113.009.579	-0,001	-56.422.387	99,71
Dívida Pública Consolidada	730.444.480	0,004	545.425.387	0,003	-185.019.093	-25,33
Dívida Consolidada Líquida	576.277.912	0,003	317.821.322	0,002	-258.456.590	-44,85

Fonte: Metas Previstas - LDO
 Metas Realizadas - Balanço Consolidado Exercício 2007.

Nota: PIB Estadual para 2007

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$
Previsão do PIB Estadual para 2007	175.060.000.000
Valor efetivo (projetado) do PIB Estadual para 2007	175.208.681.000

1. Receita Total

A Receita Total para o exercício econômico-financeiro de 2007 foi prevista em R\$ 2.681.501.531,00 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e um milhões, quinhentos e um mil, quinhentos e trinta e um reais), sendo que a Receita Realizada foi da ordem de R\$ 2.614.997.835,00 (dois bilhões, seiscentos e catorze milhões, novecentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e cinco reais), representando

do uma variação negativa de R\$ 66.503.696,00 (sessenta e seis milhões, quinhentos e três mil, seiscentos e noventa e seis reais), ou seja, -2,48% (dois vírgula quarenta e oito por cento).

A Tabela 2 mostra um Comparativo das Receitas Previstas com as Realizadas:

TABELA 2 – COMPARATIVO DAS RECEITAS PREVISTAS COM AS REALIZADAS NO PERÍODO DE 2007

R\$ 1,00

Especificação	Receitas Previstas	Receitas Realizadas	Diferenças	Variações %
Receitas Correntes	2.483.028.410	2.466.538.458	-16.489.952	-0,67
Receitas Tributárias	794.079.553	810.303.748	16.224.195	2,00
IPTU	213.750.780	204.514.861	-9.235.919	-4,52
ISS	329.061.466	329.619.277	557.811	0,17
ITBI	80.446.504	105.398.972	24.952.468	23,67
IRRF	93.439.160	102.384.934	8.945.774	8,74
TAXAS	77.381.643	68.385.705	-8.995.938	-13,15
Receitas de Contribuições	108.825.298	107.458.637	-1.366.661	-1,27
Receita Patrimonial	23.831.530	33.942.187	10.110.657	29,79
Receita Agropecuária	4.279	725	-3.554	-490,21
Receitas de Serviços	325.076.783	309.340.478	-15.736.305	-5,09
Transferências Correntes	1.100.872.336	1.012.556.826	-88.315.510	-8,72
FPM	80.885.145	80.019.067	-866.078	-1,08
ICMS	388.306.728	328.424.444	-59.882.284	-18,23
IPVA	95.826.558	109.175.376	13.348.818	12,23
Outras Transferências Correntes	535.853.905	494.937.939	-40.915.966	-8,27
Outras Receitas Correntes	130.338.631	192.935.857	62.597.226	32,44
Receitas de Capital	112.812.854	58.586.620	-54.226.234	-92,56
Operações de Crédito	98.679.206	33.325.016	-65.354.190	-196,11
Alienação de Bens	62.000	12.834.472	12.772.472	99,52
Amortização de Empréstimos	1.322.532	1.455.190	132.658	9,12
Transferências de Capital	12.309.547	10.971.943	-1.337.604	-12,19
Outras Receitas de Capital	439.569	0	-439.569	-
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	160.124.970	167.139.207	7.014.237	4,20
(-) Deduções p/ formação FUNDEB	-74.464.703	-77.266.450	-2.801.747	3,63
Total	2.681.501.531	2.614.997.835	-66.503.696	-2,48

Fonte: Receitas Previstas - LDO/2007

Receitas Realizadas - Balanço Consolidado 2007

Nota: Para efeito de análise comparativa, fica excluído das Receitas Previstas de Contribuições o valor de R\$ 160.124.970,00 e incluído nas Receitas Correntes Intra-Orçamentárias.

Examinando sob a ótica das categorias econômicas, as Receitas Correntes apresentaram uma variação negativa de 0,67% (zêro vírgula sessenta e sete por cento). Observa-se que a Receita Tributária teve uma variação de 2,00% (dois por cento) acima da previsão, com destaque para o crescimento da arrecadação do ITBI e IRRF, de, respectivamente, 23,67% (vinte e três vírgula sessenta e sete por cento) e 8,74% (oito vírgula setenta e quatro por cento). Já, as Transferências Correntes apresentaram uma variação negativa de 8,72% (oito vírgula setenta e dois por cento). Tal decréscimo é explicado pelo baixo de-

sempenho dos repasses estaduais, notadamente o ICMS, que ficou 18,23% (dezoito vírgula vinte e três por cento) aquém do previsto.

As Receitas de Capital apresentaram uma discrepância entre a previsão e a arrecadação. A diferença corresponde a uma variação negativa de 92,56% (noventa e dois vírgula cinqüenta e seis por cento), com destaque para as Operações de Crédito, cuja estimativa foi de R\$ 98.679.206,00 (noventa e oito milhões, seiscentos e setenta e nove mil, duzentos e seis reais), para uma arrecadação de apenas R\$ 33.325.016,00 (trinta e três milhões, trezentos e vinte e cinco mil e dezesseis reais), ou seja, um decréscimo de 196,11% (cento e noventa e seis vírgula onze por cento).

2. Receitas Primárias

Corresponde ao total da receita orçamentária, deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações.

A meta prevista foi de R\$ 2.565.151.479,00 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e cinco milhões, cento e cinqüenta e um mil, quatrocentos e setenta e nove reais), enquanto a meta realizada foi de R\$ 2.543.419.524,00 (dois bilhões, quinhentos e quarenta e três milhões, quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e vinte e quatro reais), com uma diferença de R\$ 21.731.955,00 (vinte e um milhões, setecentos e trinta e um mil, novecentos e cinqüenta e cinco reais), ou seja, um decréscimo de 0,85% (zero vírgula oitenta e cinco por cento).

A Tabela 3 expõe um Comparativo das Receitas Primárias Previstas com as Realizadas:

TABELA 3 – COMPARATIVO DAS RECEITAS PRIMÁRIAS PREVISTAS COM AS REALIZADAS NO PERÍODO DE 2007

R\$ 1,00

Especificação	Receitas Primárias Previstas	Receitas Primárias Realizadas	Diferenças	Variações %
Receitas Correntes	2.466.742.096	2.442.574.824	-24.167.272	-0,99
Receitas Tributárias	794.079.553	810.303.748	16.224.195	2,00
IPTU	213.750.780	204.514.861	-9.235.919	-4,52
ISS	329.061.466	329.619.277	557.811	0,17
ITBI	80.446.504	105.398.972	24.952.468	23,67
IRRF	93.439.160	102.384.934	8.945.774	8,74
TAXAS	77.381.643	68.385.705	-8.995.938	-13,15
Receitas de Contribuições	108.825.298	107.458.637	-1.366.661	-1,27
Receita Patrimonial	7.545.216	9.978.553	2.433.337	24,39
Receita Agropecuária	4.279	725	-3.554	-490,21
Receitas de Serviços	325.076.783	309.340.478	-15.736.305	-5,09
Transferências Correntes	1.100.872.336	1.012.556.826	-88.315.510	-8,72
FPM	80.885.145	80.019.067	-866.078	-1,08
ICMS	388.306.728	328.424.444	-59.882.284	-18,23
IPVA	95.826.558	109.175.376	13.348.818	12,23
Outras Transferências Correntes	535.853.905	494.937.939	-40.915.966	-8,27
Outras Receitas Correntes	130.338.631	192.935.857	62.597.226	32,44
Receitas de Capital	12.749.116	10.971.943	-1.777.173	-16,20
Transferências de Capital	12.309.547	10.971.943	-1.337.604	-12,19
Outras Receitas de Capital	439.569	0	-439.569	-
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	160.124.970	167.139.207	7.014.237	4,20
(-) Deduções p/ formação FUNDEB	-74.464.703	-77.266.450	-2.801.747	3,63
Total	2.565.151.479	2.543.419.524	-21.731.955	-0,85

Fonte: Receitas Primárias Previstas - LDO/2007

Receitas Primárias Realizadas - Balanço Consolidado 2007

Nota: Para efeito de análise comparativa, fica excluído das Receitas Previstas de Contribuições o valor de R\$ 160.124.970,00 e incluído nas Receitas Correntes Intra-Orçamentárias.

3. Despesa Total

A Despesa Total para o exercício econômico-financeiro de 2007 foi projetada em R\$ 2.681.501.531,00 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e um milhões, quinhentos e um mil, quinhentos e trinta e um reais), sendo que a Despesa Realizada foi da ordem de R\$ 2.579.424.964,00 (dois bilhões, quinhentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e sessenta e quatro reais), representando uma variação negativa de R\$ 102.076.567 (cento e dois milhões, setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e sete reais), ou seja, um decréscimo de 3,81% (três vírgula oitenta e um por cento).

A Tabela 4 demonstra um Comparativo das Despesas Previstas com as Realizadas:

TABELA 4 – COMPARATIVO DAS DESPESAS PREVISTAS COM AS REALIZADAS NO PERÍODO DE 2007

R\$ 1,00

Especificação	Despesas Previstas	Despesas Realizadas	Diferenças	Variações %
DESPESAS CORRENTES	2.250.948.593	2.325.606.901	74.658.308	3,32
Pessoal e Encargos Sociais	909.256.053	975.710.718	66.454.665	7,31
Juros e Encargos da Dívida	36.494.226	25.370.815	-11.123.411	-30,48
Outras Despesas Correntes	1.305.198.314	1.324.525.368	19.327.054	1,48
DESPESAS CAPITAL	397.739.294	253.818.063	-143.921.231	-36,18
Investimentos	316.522.468	187.149.725	-129.372.743	-40,87
Inversões Financeiras	11.000			
Amortização da Dívida	81.205.826	66.668.337	-14.537.489	-17,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.257.080		-15.257.080	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	17.556.564		-17.556.564	-
TOTAL	2.681.501.531	2.579.424.964	-102.076.567	-3,81

Fonte: Despesas Previstas - LDO

Despesas Realizadas - Balanço Consolidado 2007

Verifica-se uma diferença entre as Despesas Previstas e Realizadas de R\$ 102.076.567,00 (cento e dois milhões, setenta e seis mil e quinhentos e sessenta e sete reais). Tal diferença decorre basicamente do não-ingresso das Operações de Crédito, de um rígido acompanhamento e controle da despesa, por meio de contingenciamentos de créditos orçamentários e um controle quantitativo e qualitativo da despesa.

Examinando a despesa sob a ótica das categorias econômicas, observa-se que as Despesas Correntes apresentaram um acréscimo de 3,32% (três vírgula e trinta e dois por cento). No tocante às Despesas de Capital, observa-se uma diferença negativa de 36,18% (trinta e seis vírgula dezoito por cento).

4. Despesas Primárias

Corresponde ao total da despesa orçamentária, deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

A Tabela 5 denota o Comparativo das Despesas Primárias Previstas com as Realizadas:

Tabela 5 – COMPARATIVO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS PREVISTAS
COM AS REALIZADAS NO PERÍODO DE 2007

R\$ 1,00

Especificação	Despesas Primárias Previstas	Despesas Primárias Realizadas	Diferenças	Variações %
DESPESAS CORRENTES	2.214.454.367	2.300.236.086	85.781.719	3,87
Pessoal e Encargos Sociais	909.256.053	975.710.718	66.454.665	7,31
Outras Despesas Correntes	1.305.198.314	1.324.525.368	19.327.054	1,48
DESPESAS CAPITAL	316.533.468	187.149.725	-129.383.743	-40,88
Investimentos	316.522.468	187.149.725	-129.372.743	-40,87
Inversões Financeiras	11.000	-	-11.000	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.257.080	-	-15.257.080	-
RESERVA DO RPPS	17.556.564	-	-17.556.564	-
TOTAL	2.563.801.479	2.487.385.811	-76.415.668	-2,98

Fonte: Despesas Previstas - LDO

Despesas Realizadas - Balanço Consolidado 2007

A Despesa Primária Prevista foi da ordem de R\$ 2.563.801.479,00 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e três milhões, oitocentos e um mil, quatrocentos e setenta e nove reais), enquanto a despesa não-financeira realizada foi de R\$ 2.487.385.811,00 (dois bilhões, quatrocentos e oitenta e sete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e onze reais), resultando numa diferença negativa de R\$ 76.415.668,00 (setenta e seis milhões, quatrocentos e quinze mil, seiscentos e sessenta e oito reais), correspondendo a um decréscimo de 2,98% (dois vírgula noventa e oito por cento).

5. Resultado Primário

Indicará se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

A Tabela 6 apresenta o Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário:

TABELA 6 – DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO NO PERÍODO DE 2007

R\$ 1,00

Especificação	Previstas	Realizadas	Diferenças	Variações %
Receitas Primárias	2.565.151.479	2.543.419.524	-21.731.955	-0,85
Despesas Primárias	2.563.801.479	2.487.385.811	-76.415.668	-2,98
Resultado Primário	1.350.000	56.033.713	54.683.713	4.050,65

Fonte: Despesas Previstas - LDO

Despesas Realizadas - Balanço Consolidado 2007

Comparando a meta realizada de R\$ 56.033.713,00 (cinquenta e seis milhões, trinta e três mil, setecentos e treze reais) com a meta prevista de R\$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais), observa-se o incremento de R\$ 54.683.713,00 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e três mil e setecentos e treze reais).

A Tabela 7 mostra o histórico do Resultado Primário no Período 2004/2007:

TABELA 7 – DEMONSTRATIVO DO HISTÓRICO DO RESULTADO PRIMÁRIO NO PERÍODO 2004/2007

Exercício	Preços correntes R\$
	Resultado Primário
2004	-80.722.000
2005	87.488.598
2006	93.064.895
2007	56.033.713

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

6. Resultado Nominal

Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

A Tabela 8 expõe o Demonstrativo da Apuração do Resultado Nominal:

TABELA 8 – DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DO RESULTADO NOMINAL NO PERÍODO DE 2007

R\$ 1,00

Especificação	Saldo	
	Em 31/12/2006	Em 31/12/2007
Dívida Consolidada(I)	597.936.342	545.425.387
Deduções(II)	167.105.341	227.604.065
Disponível	194.009.679	233.993.501
Haveres Financeiros	46.529.998	48.142.416
(-) Restos a Pagar Processados	73.434.337	54.531.852
Dívida Consolidada Líquida(III) = (I - II)	430.831.001	317.821.322
Receita de Privatizações(IV)		
Passivos Reconhecidos(V)		
Dívida Fiscal Líquida(III + IV - V)		
Resultado Nominal		-113.009.679

Discriminação	Valor
Meta de Resultado Nominal Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (I)	-56.587.192
Resultado Nominal (II)	-113.009.679
Diferença (III) = (II) - (I)	-56.422.487

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Nota: Incluído R\$ 32.129.592,48 (trinta e dois milhões, cento e vinte e nove mil, quinhentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos) na Dívida Consolidada referente a Precatórios Posteriores a 05.05.2000.

A meta de resultado nominal superou a meta prevista. Enquanto projetou-se um resultado negativo de R\$ 56.587.192,00 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, cento e noventa e dois reais), atingiu-se uma meta negativa de R\$ 113.009.679,00 (cento e treze milhões, nove mil, seiscentos e setenta e nove reais), apresentando uma variação a maior de R\$ 56.422.487,00 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais).

7. Dívida Pública Consolidada

É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;

- das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

A Tabela 9 mostra o Comparativo da Dívida Pública Consolidada Estimada com a Realizada:

TABELA 9 – COMPARATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA ESTIMADA COM A REALIZADA NO PERÍODO DE 2007

R\$ 1,00				
Especificação	Estimada	Realizada	Diferença	Varição %
Dívida Pública Consolidada	730.444.480	545.425.387	-185.019.093	-33,92

Fonte: Estimada - LDO

Realizada - Balanço Consolidado 2007

A meta fixada para a Dívida Pública Consolidada foi de R\$ 730.444.480,00 (setecentos e trinta milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais), enquanto a meta realizada foi de R\$ 545.425.387,00 (quinhentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, trezentos e oitenta e sete reais), resultando numa diferença negativa de R\$ 185.019.093,00 (cento e oitenta e cinco milhões, dezenove mil, noventa e três reais), correspondendo a um percentual negativo de 33,92% (trinta e três vírgula noventa e dois por cento).

A Tabela 10 demonstra o Comparativo da Dívida Pública Consolidada com a Receita Arrecadada no Período 2004/2007:

TABELA 10 – COMPARATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA COM A RECEITA ARRECADADA NO PERÍODO 2004/2007

Preços Correntes R\$			
Ano	Dívida Pública Consolidada	Receita Arrecadada	Percentual (%)
2004	582.395.883	1.912.710.779	30,45
2005	609.705.647	2.029.967.770	30,04
2006	576.463.748	2.177.530.454	26,47
2007	545.425.387	2.614.997.835	20,86

Fonte: Balanço Consolidado 2007

Observa-se que a Dívida Pública Consolidada em relação à Receita Arrecadada teve o menor comprometimento no período 2004/2007.

8. Dívida Consolidada Líquida

Corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar processados.

A Tabela 11 mostra um Comparativo da Dívida Consolidada Líquida Estimada com a Realizada:

Tabela 11 – COMPARATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ESTIMADA COM A REALIZADA NO PERÍODO DE 2007

R\$ 1,00

Especificação	Dívida Consolidada Líquida Estimada	Dívida Consolidada Líquida Realizada	Diferença	Variação %
Dívida Consolidada(I)	730.444.480	545.425.387	-185.019.093	-33,92
Deduções(II)	154.166.568	227.604.065	73.437.497	32,27
Disponível	179.810.908	233.993.501	54.182.593	23,16
Haveres Financeiros	38.684.068	48.142.416	9.458.348	19,65
(-) Restos a Pagar Processados	64.328.409	54.531.852	-9.796.557	-17,96
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	576.277.912	317.821.322	-258.456.590	-81,32

Fonte: Dívida Consolidada Líquida Estimada - LDO

Dívida Consolidada Líquida Realizada - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

A meta fixada para a Dívida Consolidada Líquida Estimada foi de R\$ 576.277.912,00 (quinhentos e setenta e seis milhões, duzentos e setenta e sete mil, novecentos e doze reais), enquanto a Dívida Consolidada Líquida Realizada foi de R\$ 317.821.322,00 (trezentos e dezessete milhões, oitocentos e vinte e um mil, trezentos e vinte e dois reais), resultando numa diferença negativa de R\$ 258.456.590,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e noventa reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2009

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2006	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
Receita Total	2.155.814.498	2.681.501.531	24,38	2.709.511.304	1,04	3.073.088.269	13,42	3.263.388.411	6,19	3.367.601.053	3,19
Receitas Primárias (I)	2.072.011.414	2.565.151.479	23,80	2.579.481.660	0,56	2.933.737.734	13,73	3.114.047.611	6,15	3.304.880.396	6,13
Despesa Total	2.155.814.498	2.681.501.531	24,38	2.709.511.304	1,04	3.073.088.269	13,42	3.263.388.411	6,19	3.367.601.053	3,19
Despesas Primárias (II)	2.071.426.460	2.563.801.479	23,77	2.578.653.303	0,58	2.932.933.680	13,74	3.113.892.341	6,17	3.284.176.162	5,47
Resultado Primário (III) = (I-II)	584.954	1.350.000	-130,79	828.357	-38,64	804.054	-2,93	155.271	-80,69	20.704.234	13.234,30
Resultado Nominal	-49.622.896	-56.587.192	14,03	-12.280.695	78,30	-7.939.355	35,35	-9.418.095	18,63	-15.510.740	-64,69
Dívida Pública Consolidada	712.045.104	730.444.480	2,58	745.500.031	2,06	775.366.905	4,01	810.159.790	4,49	805.664.187	-0,55
Dívida Consolidada Líquida	632.865.104	576.277.912	-8,94	563.997.217	-2,13	556.057.862	-1,41	546.639.768	-1,69	531.129.028	-2,84

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2006	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
Receita Total	2.360.595.095	2.810.853.039	19,07	2.709.511.304	-3,61	2.944.438.937	8,67	3.000.697.063	1,91	2.972.389.398	-0,94
Receitas Primárias (I)	2.268.831.565	2.688.890.440	18,51	2.579.481.660	-4,07	2.810.922.063	8,97	2.863.377.675	1,87	2.917.029.451	1,87
Despesa Total	2.360.595.095	2.810.853.039	19,07	2.709.511.304	-3,61	2.944.438.937	8,67	3.000.697.063	1,91	2.972.389.398	-0,94
Despesas Primárias (II)	2.268.191.046	2.687.475.318	18,49	2.578.653.303	-4,05	2.810.151.669	8,98	2.863.234.904	1,89	2.898.755.004	1,24
Resultado Primário (III) = (I-II)	640.519	1.415.122	-120,93	828.357	-41,46	770.394	-7,00	142.772	-81,47	18.274.447	12.699,76
Resultado Nominal	-54.336.570	-59.316.871	9,17	-12.280.695	79,30	-7.606.988	38,06	-8.659.971	13,84	-13.690.446	-58,09
Dívida Pública Consolidada	779.682.195	765.679.998	-1,80	745.500.031	-2,64	742.907.559	-0,35	744.944.762	0,27	711.113.832	-4,54
Dívida Consolidada Líquida	692.980.895	604.076.672	-12,83	563.997.217	-6,63	532.779.497	-5,54	502.637.179	-5,66	468.797.303	-6,73

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2009

LRF, art.4º, § 2º, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ⁽¹⁾	2007	%	2006	%	2005	%
PATRIMÔNIO /CAPITAL	1.440.816.956	100	1.102.784.257	100	1.068.130.206	100
RESERVAS						
RESULTADO ACUMULADO						
TOTAL	1.440.816.956	100	1.102.784.257	100	1.068.130.206	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2007	%	2006	%	2005	%
PATRIMÔNIO /CAPITAL	34.193.544	100	15.213.278	100	19.002.857	100
RESERVAS						
RESULTADO ACUMULADO						
TOTAL	34.193.544	100	15.213.278	100	19.002.857	100

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado CONSOLIDADO 2005, 2006 E 2007

⁽¹⁾ Os valores do Regime Previdenciário estão excluídos do Patrimônio Líquido.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II -DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2009

LRF, art.4º, § 2º, inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2007 (a)	2006 (d)	2005
RECEITAS DE CAPITAL	12.834.472	7.722.219	3.398.821
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	12.834.472	7.722.219	3.398.821
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	140.300	190.960	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	12.694.172	7.531.259	3.398.821
TOTAL (I)	12.834.472	7.722.219	3.398.821
DESPESAS LIQUIDADAS	2007 (b)	2006 (e)	2005
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	209.358.749	173.412.340	177.937.213
INVESTIMENTOS	144.361.312	121.344.825	105.596.769
INVERSÕES FINANCEIRAS			6.000.000
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	64.997.437	52.067.515	66.340.444
DESP. CORRENTES DO REG. PREVIDÊNCIA			
REG. PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	-		
TOTAL (II)	209.358.749	173.412.340	177.937.213
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	(c) = (a-b)+(f)	(f) = (d-e)+(g)	(g)
	-196.524.277	-340.228.513	-174.538.392

Fonte: SDO-GIT/SMF

Nota: O saldo financeiro do exercício demonstra que a receita derivada da alienação de bens e direitos é integralmente aplicada nas despesas de capital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2009

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Porto Alegre é gerido pelo Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre – PREVIMPA –, entidade autárquica, que, com os dispositivos estabelecidos pela Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002, possui dois regimes financeiros: o de repartição simples e o de capitalização. O primeiro se aplica aos beneficiários de aposentadorias e pensões deixadas pelos aposentados na edição desta Lei, e aos atuais servidores ativos que tenham ingressado no Município, em cargo de provimento efetivo, anteriormente a 10 de setembro de 2001. O segundo é aplicável aos servidores que ingressaram em cargo de provimento efetivo no Município a partir de 10 de setembro de 2001.

As contribuições ao RPPS obedecem ao estabelecido na legislação em vigor, sendo que o servidor contribui com 11% (onze por cento) de sua remuneração e 22% (vinte e dois por cento) são de responsabilidade do Município, totalizando 33% (trinta e três por cento) da folha de pagamento mensal dos servidores ativos. Na folha de pagamento de aposentados, a proporção é a mesma, porém há isenção até o limite de R\$ 3.038,99 (três mil e trinta e oito reais e noventa e nove centavos), fato que se repete no caso da folha de pensionistas, porém inexistente contribuição patronal.

Estão implantados pelo PREVIMPA os seguintes benefícios previdenciários: aposentadoria, pensão por morte, salário-família e auxílio-reclusão. Encontra-se em fase de implantação os benefícios de auxílio-doença e salário-maternidade.

Sob o aspecto dos gastos previdenciários, as despesas com previdência social do Município com regime financeiro de repartição simples têm crescido em média 4,70% (quatro vírgula setenta por cento) por ano e representaram, no ano de 2007, 14,54% (quatorze vírgula cinquenta e quatro por cento) da Receita Corrente do Município (RC), contudo, deduzida a contribuição social (cota servidor), o desembolso do Município representou 11,49% (onze vírgula quarenta e nove por cento) da RC.

O PREVIMPA analisou o impacto dos gastos previdenciários sobre a receita corrente, nos mesmos moldes utilizados no estudo atuarial inicial feito pela SASSE Seguros em 2000:

- estagnação da receita corrente do Município;
- crescimento real da receita corrente em 3% (três por cento) ao ano (taxa que tem se mostrado representativa da evolução da RC).

Observou-se, na hipótese de estagnação da RC, que as despesas previdenciárias permaneceriam em trajetória de crescimento até 2025, quando atingiriam o percentual de 19,67% (dezenove vírgula sessenta e sete por cento) da RC, decrescendo a partir de então em decorrência da extinção do grupo de segurados e de beneficiários do regime de repartição até o patamar de 8,68% (oito vírgula sessenta e oito por cento) da RC.

Na hipótese de crescimento real da RC em 3% (três por cento) ao ano, estimou-se que as despesas previdenciárias se manterão em níveis aceitáveis, e o maior impacto ocorrerá no ano de 2008, quando o percentual sobre a RC atingirá 12,89% (doze vírgula oitenta e nove por cento), decaindo nos anos seguintes e voltando a subir novamente até atingir o patamar de 12,43% (doze vírgula quarenta e três por cento) no ano 2021. Nota-se que a queda de comprometimento da RC com as despesas previdenciárias é provocada pelo expressivo crescimento da RC.

Constatou-se que a sistemática para financiamento das aposentadorias e pensões no Município está diretamente relacionada ao crescimento da receita corrente, e esta, por conseqüência, está relacionada ao desempenho da economia local.

A análise das despesas previdenciárias não deve ser dissociada do exame da receita corrente do Município.

No que diz respeito aos gastos previdenciários, é imprescindível um acompanhamento fiel do comportamento de variáveis estruturais, como percentual de contribuição do servidor ativo, contribuição de inativos, estrutura remuneratória dos cargos e carreiras, bem como concessão de aposentadorias especiais que sejam criadas.

Sempre que ocorrerem alterações nessas variáveis, será necessário que se realizem projeções mais precisas sobre o impacto nos gastos previdenciários.

Recentemente, o PREVIMPA realizou recadastramento de todos os segurados e beneficiários, o que certamente trará novas informações que poderão modificar o cálculo atuarial.

Mantidas as expectativas de despesas previdenciárias, nos mesmos níveis informados pelo cálculo atuarial, sem alterações nas variáveis estruturais, projeta-se que o crescimento contínuo da receita corrente do Município permita a cobertura dos gastos previdenciários futuros.

Porém, os governantes devem estar cientes de que parte de toda a riqueza gerada no Município estará comprometida compulsoriamente

te com os gastos previdenciários, exigindo constante desenvolvimento e incentivo ao crescimento da economia da Cidade, com indisponibilidade de representativa fatia da arrecadação para outros fins.

Por outro lado, a economia mundial enfrenta esporadicamente ciclos econômicos de crescimento, estagnação ou recessão, o momento atual ainda é de cautela e o cenário de estabilidade na economia brasileira só é possível devido à estabilização da inflação e à redução da vulnerabilidade externa. Não há, entretanto, como prever quanto tempo perdurará o crescimento da atividade.

A situação exigirá critérios na determinação de despesas futuras do Município, em especial com pessoal, presente o comprometimento com a Previdência Social, sendo recomendável trabalho permanente de monitoramento da evolução dos gastos previdenciários, em conjunto com a Secretaria Municipal da Fazenda e o Gabinete de Programação Orçamentária.

Por oportuno, devemos mencionar que o art. 125 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002, já prevê que, sob pena de responsabilidade, qualquer modificação na remuneração e nos subsídios dos segurados em atividade, bem como nos planos de carreira, para sua eficácia, deverá ser precedida de estudo atuarial para a necessária compatibilização das modificações com o plano de custeio do RPPS.

Relevante o acompanhamento para registro de fatores característicos de cada período que possam causar distorções na análise (por exemplo: reflexos da crise norte-americana, realização da receita corrente do Município acima ou abaixo da expectativa, reflexos do recadastramento nas premissas atuarias, pagamento de benefícios como auxílio-doença e salário-maternidade em valores superiores aos estimados, etc).

Quanto ao desenquadramento em relação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, faz-se necessário adicionar-se às simulações realizadas os gastos com pessoal ativo da Administração Centralizada, Fundação e Autarquias, bem como obter os valores referentes à Receita Corrente Líquida, o que poderá ser efetivado tão logo consigamos informações junto à Secretaria de Administração, ou outro órgão competente.

No Regime de Repartição Simples, onde as contribuições previdenciárias devem cobrir o pagamento dos benefícios previdenciários devidos ao grupo de servidores admitidos antes de 10.09.2001, os recursos arrecadados ainda são insuficientes para a cobertura da folha de pagamento mensal. É necessário o repasse de recursos, pelo Município, na ordem de, aproximadamente, 33% (trinta e três por cento) do total da folha de pagamento, a título de cobertura do déficit atuarial (cerca de R\$ 9 milhões mensais). Neste regime financeiro, também conhecido como re-

gime de caixa, o cálculo atuarial aponta um passivo para os próximos 35 anos no montante de R\$ 10,7 bilhões de reais (dez bilhões e setecentos milhões de reais). A Compensação Previdenciária – COMPREV –, constitui-se dos valores devolvidos pelo INSS referentes às contribuições dos servidores aposentados pelo Município que contribuíram para o Regime Geral antes de ingressarem no serviço público municipal. Até 31 de dezembro de 2007, o PREVIMPA havia arrecadado a título de COMPREV em torno de R\$ 27,5 milhões (vinte e sete milhões e quinhentos mil reais), dos quais foram utilizados aproximadamente R\$ 25,0 milhões (vinte e cinco milhões de reais), na folha de pagamento de aposentados, resultando um saldo ao final do exercício de 2007 de mais de 2,5 milhões de reais, incluindo-se rendimentos obtidos no mercado financeiro.

Também para amenizar o futuro déficit, o PREVIMPA vem constituindo uma reserva técnica instituída pelo art. 3º da Lei Complementar nº 505/04, cujo saldo era de R\$ 2.666.672,76 (dois bilhões e seiscentos e sessenta e seis milhões, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos) em 31.12.2007.

Por outro lado, o Regime de Capitalização, que abarca os servidores admitidos a partir de 10.09.2001, tem por finalidade criar um fundo financeiro que deverá, na medida das necessidades, pagar os benefícios previdenciários futuros. Para essa reserva de capital, o cálculo atuarial projeta uma situação de equilíbrio financeiro entre o que será arrecadado e o que deverá ser pago aos beneficiários. O desafio da capitalização é superar a meta prevista no cálculo atuarial, isto é, índice de inflação mais taxa de juro de 6% (seis por cento) ao ano, o que tem sido alcançado, mensalmente, com folga por razões já explanadas. O fundo financeiro da capitalização iniciou os pagamentos dos benefícios previdenciários. Atualmente, são pagos valores a quatro pensionistas e três aposentados neste Regime. O saldo financeiro do Regime de Capitalização, em 31 de dezembro de 2007, era de R\$ 81.475.979,44 (oitenta e um milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
ANOS 2007 - 2006 - 2005

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a"

RS

<u>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</u>	2007	2006	2005
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	126.437.238,59	90.485.823,28	72.629.361,09
RECEITAS CORRENTES	126.437.238,59	90.485.823,28	72.629.361,09
Receita de Contribuições	85.958.998,11	84.247.070,00	70.499.356,94
Pessoal Civil	85.958.998,11	84.247.070,00	70.499.356,94
Pessoal Militar			-
Receita Patrimonial	5.021.455,25	6.205.577,54	2.029.161,16
Transferências Correntes	46.442,32		-
Receita de Serviços			-
Outras Receitas Correntes	35.410.342,91	28.366,59	98.676,36
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	7.703.631,32	28.366,59	98.676,36
Outras Receitas Correntes	27.706.711,59	4.809,15	2.166,63
RECEITAS DE CAPITAL			-
Alienação de Bens			-
Amortização de Empréstimos			-
Outras Receitas de Capital			-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	167.139.206,89		-
RECEITAS CORRENTES	167.139.206,89		-
Receita de Contribuições	167.056.903,08		-
Pessoal Civil	167.056.903,08		-
Pessoal Militar			-
Contribuição Previdenciária para Cobertura de Déficit Atuarial			-
Contribuição Previdenciária em Regime de Débitos e Parcelamentos			-
Receita Patrimonial			-
Outras Receitas Correntes	82.303,81		-
RECEITAS DE CAPITAL			-
Alienação de Bens			-
Amortização de Empréstimos			-
Outras Receitas de Capital			-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - RPPS			-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - RPPS	120.971.010,00	280.268.708,29	256.184.779,38
OUTROS APORTES AO RPPS			-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	414.547.455,48	370.754.531,57	328.814.140,47
<u>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</u>	2007	2006	2005
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	6.911.111,43	5.652.512,99	5.287.435,98
ADMINISTRAÇÃO	6.911.111,43	5.652.512,99	5.287.435,98
Despesas Correntes	6.849.608,93	5.553.744,11	5.207.013,74
Despesas de Capital	61.502,50	98.768,88	80.422,24
PREVIDÊNCIA SOCIAL	371.019.324,57	340.695.835,12	312.923.023,83
Pessoal Civil	366.942.186,52	338.546.688,35	311.089.579,50
Pessoal Militar			-
Outras Despesas Previdenciárias	4.077.138,05	2.149.146,77	1.833.444,33
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	11.442,22	40.000,00	-
Demais Despesas Previdenciárias	4.065.695,83	2.109.146,77	1.833.444,33
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			-
ADMINISTRAÇÃO			-
Despesas Correntes			-
Despesas de Capital			-
RESERVA DO RPPS	17.531.664,00	13.136.580,00	13.136.580,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	377.930.436,00	346.348.348,11	318.210.459,81
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) - (I - II)	36.617.019,48	24.406.183,46	10.603.680,66
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	91.120.637,79	58.299.687,94	32.904.089,73

FONTE: Relatório Exercício Financeiro 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
GRUPO REPARTIÇÃO SIMPLES
2009

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVIDENCIARIAS	DESPESAS PREVIDENCIARIAS	RESULTADO PREVIDENCIARIO
		Valor (b)	Valor (c)	(d) = (a + b - c)
2006	125.996.890,46	63.114.112,69	339.331.585,73	(150.220.582,58)
2007	129.016.739,70	64.508.369,85	352.572.866,35	(159.047.756,80)
2008	129.659.560,90	64.829.780,45	348.102.780,62	(153.613.439,26)
2009	131.101.207,23	65.550.603,61	345.278.972,95	(148.627.162,10)
2010	132.354.405,48	66.177.202,74	344.115.284,16	(145.583.675,94)
2011	133.261.880,59	66.630.940,30	345.453.094,20	(145.560.273,31)
2012	133.963.869,65	66.981.934,82	353.909.742,45	(152.963.937,98)
2013	132.930.045,08	66.465.022,54	361.740.500,03	(162.345.432,41)
2014	131.757.179,92	65.878.589,96	366.622.714,78	(168.986.944,90)
2015	131.520.007,07	65.760.003,53	386.411.669,40	(189.131.658,80)
2016	127.737.979,74	63.868.989,87	403.957.131,00	(212.350.161,39)
2017	124.039.536,92	62.019.768,46	425.921.632,83	(239.862.327,46)
2018	118.479.934,72	59.239.967,36	438.569.990,19	(260.850.088,11)
2019	114.468.329,71	57.234.164,86	453.502.646,24	(281.800.151,68)
2020	109.661.978,68	54.830.989,34	470.113.755,84	(305.620.787,82)
2021	103.844.077,74	51.922.038,87	492.748.762,36	(336.982.645,75)
2022	95.622.015,94	47.811.007,97	505.856.855,89	(362.423.831,99)
2023	88.784.213,86	44.392.106,93	518.638.984,50	(385.462.663,71)
2024	81.212.767,76	40.606.383,88	524.090.753,75	(402.271.602,12)
2025	74.717.358,14	37.358.679,07	531.112.534,71	(419.036.497,50)
2026	67.132.763,36	33.566.381,68	529.940.301,00	(429.241.155,97)
2027	60.771.141,66	30.385.570,83	527.976.912,71	(436.820.200,23)
2028	54.437.679,80	27.218.839,90	524.078.717,27	(442.422.197,57)
2029	47.577.145,45	23.788.572,72	515.273.231,59	(443.907.513,42)
2030	42.261.249,26	21.130.624,63	510.729.279,22	(447.337.405,33)
2031	34.679.418,09	17.339.709,05	502.094.850,47	(450.075.723,33)
2032	27.572.301,31	13.786.150,66	472.315.463,93	(430.957.011,96)
2033	26.361.428,42	13.180.714,21	445.028.142,22	(405.485.999,59)
2034	25.099.393,37	12.549.696,69	417.251.435,17	(379.602.345,11)
2035	23.899.341,70	11.949.670,85	391.424.647,26	(355.575.634,70)
2036	22.662.351,68	11.331.175,84	365.342.083,53	(331.348.556,00)
2037	21.535.397,75	10.767.698,88	341.725.534,24	(309.422.437,61)
2038	20.331.641,57	10.165.820,78	317.477.315,15	(286.979.852,80)
2039	19.234.392,81	9.617.196,40	295.599.595,28	(266.748.006,07)
2040	18.129.576,60	9.064.788,30	273.953.377,86	(246.759.012,96)
2041	17.072.380,34	8.536.190,17	253.926.172,38	(228.317.601,86)
2042	16.021.984,73	8.010.992,37	234.348.360,99	(210.315.383,89)

Fonte: Avaliação Atuarial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
GRUPO CAPITALIZAÇÃO
2009

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVIDENCIARIAS	DESPESAS PREVIDENCIARIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (e) = ("e" Exerc. Anterior) + (d)
		Valor (b)	Valor (c)	(d) = (a + b - c)	
2006	11.749.241,02	5.903.377,69	9.475,40	17.643.143,31	48.632.610,63
2007	12.817.127,78	6.408.563,89	102.932,28	19.122.759,39	67.755.370,02
2008	13.847.440,30	6.923.720,15	165.373,22	20.605.787,23	88.361.157,25
2009	14.580.659,65	7.290.329,83	242.244,54	21.628.744,94	109.989.902,19
2010	15.461.500,94	7.730.750,47	320.899,71	22.871.351,71	132.861.253,90
2011	16.587.200,04	8.293.600,02	401.654,99	24.479.145,06	157.340.398,96
2012	17.992.460,53	8.996.230,26	526.552,77	26.462.138,02	183.802.536,98
2013	20.217.975,54	10.108.987,77	774.302,86	29.552.660,45	213.355.197,43
2014	22.492.534,77	11.246.267,39	981.007,43	32.757.794,73	246.112.992,16
2015	24.683.110,11	12.341.555,06	1.208.122,10	35.816.543,06	281.929.535,23
2016	28.485.327,68	14.242.663,84	1.421.409,60	41.306.581,93	323.236.117,15
2017	32.374.058,42	16.187.029,21	1.703.476,08	46.857.611,56	370.093.728,71
2018	36.948.602,28	18.474.301,14	2.607.454,56	52.815.448,86	422.909.177,57
2019	40.981.632,88	20.490.816,44	3.292.031,66	58.180.417,66	481.089.595,23
2020	45.383.022,47	22.691.511,23	4.052.140,06	64.022.393,64	545.111.988,87
2021	50.416.637,86	25.208.318,93	4.935.524,14	70.689.432,65	615.801.421,52
2022	56.366.453,38	28.183.226,69	6.262.855,17	78.286.824,90	694.088.246,41
2023	61.755.243,98	30.877.621,99	8.302.031,59	84.330.834,38	778.419.080,80
2024	67.436.924,91	33.718.462,45	13.291.494,91	87.863.892,45	866.282.973,25
2025	73.086.824,51	36.543.412,26	20.923.400,61	88.706.836,16	954.989.809,41
2026	79.445.468,08	39.722.734,04	30.305.091,67	88.863.110,45	1.043.852.919,86
2027	85.519.445,30	42.759.722,65	42.458.392,81	85.820.775,14	1.129.673.695,00
2028	91.943.930,40	45.971.965,20	53.516.776,67	84.399.118,94	1.214.072.813,94
2029	98.442.692,31	49.221.346,15	65.281.756,50	82.382.281,96	1.296.455.095,90
2030	104.488.156,35	52.244.078,18	77.714.169,32	79.018.065,20	1.375.473.161,10
2031	111.649.048,12	55.824.524,06	90.916.730,94	76.556.841,25	1.452.030.002,35
2032	118.421.978,37	59.210.989,19	104.858.251,43	72.774.716,13	1.524.804.718,48
2033	123.687.352,33	61.843.676,17	119.334.939,46	66.196.089,04	1.591.000.807,53
2034	128.632.551,14	64.316.275,57	134.280.988,96	58.667.837,75	1.649.668.645,28
2035	133.860.505,52	66.930.252,76	149.745.540,80	51.045.217,48	1.700.713.862,76
2036	139.309.197,31	69.654.598,65	165.748.085,82	43.215.710,14	1.743.929.572,90
2037	144.691.561,49	72.345.780,74	182.250.712,42	34.786.629,81	1.778.716.202,71
2038	149.968.833,14	74.984.416,57	199.258.841,70	25.694.408,01	1.804.410.610,72
2039	155.321.262,67	77.660.631,34	216.750.080,89	16.231.813,12	1.820.642.423,84
2040	160.880.024,06	80.440.012,03	234.767.259,32	6.552.776,78	1.827.195.200,62
2041	166.611.172,92	83.305.586,46	253.324.198,11	(3.407.438,72)	1.823.787.761,89
2042	172.519.097,95	86.259.548,97	272.408.363,51	(13.629.716,59)	1.810.158.045,31

Fonte: Avaliação Atuarial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II – DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2009

As normas sobre renúncia de receita obedecerão ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Segundo o artigo supra, a renúncia de receita, que consiste na concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, compreendendo anistia, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não-geral, alteração de alíquotas ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, fica condicionada aos seguintes pré-requisitos:

a) estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;

b) atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

c) atender pelo menos uma das seguintes condições:

I) demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais, previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II) estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no “caput”, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

A renúncia de receita do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU – e Taxa de Limpeza Pública, para instalação dos Ecopontos, foi considerada na estimativa de receita, portanto, não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio desta Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMETÁRIAS
ANEXO II – DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE
CARÁTER CONTINUADO
2009

Em conformidade com o art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e alterações posteriores, “considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios”.

As despesas obrigatórias de caráter continuado adequar-se-ão às receitas do Município.

Reitera-se, assim, o objetivo desta Administração de não assumir despesas sem a indispensável cobertura orçamentária, quer seja pelo aumento permanente da receita, quer seja pela redução permanente da despesa.

Na hipótese do surgimento de despesas obrigatórias de caráter continuado no decurso do exercício econômico-financeiro de 2009, serão observados os regramentos estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e alterações posteriores, principalmente no que diz respeito aos arts. 16 e 17.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
2009

METODOLOGIA DO CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO - CONSOLIDADO

(LC 101/2000, Art. 5º, inciso I e Portaria n.º 441/2003 da STN)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011
RECEITAS	2.709.511.303	3.073.088.269	3.263.388.411	3.367.601.053
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	2.578.256.156	2.933.607.734	3.113.912.151	3.304.739.274
RECEITA TRIBUTÁRIA	847.152.817	960.996.785	1.021.329.127	1.085.240.855
IPTU	208.910.297	237.279.730	252.176.390	267.956.835
ISS	351.586.872	394.346.695	419.104.176	445.330.464
ITBI	110.145.044	134.979.711	143.453.873	152.430.788
IRRF	104.448.215	115.282.064	122.519.588	130.186.498
Taxas	72.062.389	79.108.585	84.075.101	89.336.270
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	296.045.013	303.782.253	318.983.587	334.912.424
Contribuições Sociais	96.139.492	95.210.442	101.187.849	107.519.882
Outras Contribuições	23.331.426	22.323.825	23.725.337	25.209.998
Contribuições Intra-Orçamentária	176.574.095	186.247.986	194.070.401	202.182.544
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	12.841.281	22.660.085	24.082.708	25.589.732
Receita Patrimonial	28.782.767	34.683.851	36.861.338	39.168.011
(-) Receita de Aplicações Financeiras	(15.941.486)	(12.023.766)	(12.778.631)	(13.578.279)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	970.707.088	1.139.399.052	1.210.931.668	1.286.708.157
FPM	83.383.553	121.426.909	129.050.212	137.125.789
ICMS	334.475.875	428.135.513	455.014.290	483.487.726
Outras Transferências Correntes	552.847.660	589.836.630	626.867.166	666.094.642
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	451.509.957	506.769.559	538.585.060	572.288.106
Dívida Ativa	61.522.959	83.112.632	88.330.526	93.857.987
Diversas Receitas Correntes	389.986.998	423.656.927	450.254.534	478.430.119
RECEITAS DE CAPITAL (II)	115.313.661	127.456.769	136.697.629	49.283.500
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III)	102.961.551	123.014.695	131.979.379	44.272.810
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (IV)	2.340.996	1.143.902	1.215.717	1.291.793
ALIENAÇÃO DE BENS (V)	8.785.612	3.168.172	3.367.073	3.577.774
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	52.579	130.000	135.460	141.122
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências de Capital	52.579	130.000	135.460	141.122
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.172.923	0	0	0
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.225.502	130.000	135.460	141.122
RECEITAS FISCAIS (VII) = (I + VI)	2.579.481.658	2.933.737.734	3.114.047.611	3.304.880.396
DESPESAS	2.709.511.303	3.073.088.269	3.263.388.411	3.367.601.053
DESPESA CORRENTE (VIII)	2.294.837.483	2.601.478.697	2.771.762.734	2.897.442.929
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	977.325.433	1.061.480.031	1.109.093.884	1.185.643.301
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (IX)	42.952.000	47.006.769	52.309.575	34.656.479
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.274.560.050	1.492.991.898	1.610.359.275	1.677.143.149
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	2.251.885.483	2.554.471.929	2.719.453.159	2.862.786.450
DESPESA DE CAPITAL (XI)	358.867.130	421.154.641	411.535.336	385.538.518
INVESTIMENTOS	270.951.130	327.996.821	314.338.841	336.760.105
INVERSÕES FINANCEIRAS	10.000	10.000	10.000	10.000
Concessões de Empréstimos (XII)	-	-	-	-
Aquisição de Títulos de Capital já Integralizados (XIII)	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	10.000	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	87.906.000	93.147.820	97.186.495	48.768.413
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	270.961.130	328.006.821	314.348.841	336.770.105
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	33.532.948	28.018.716	56.711.806	60.263.849
RESERVA DO RPPS (XVII)	22.273.742	22.436.214	23.378.535	24.355.758
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	2.578.653.303	2.932.933.680	3.113.892.341	3.284.176.162
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	828.355	804.054	155.271	20.704.234

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II -DE RISCOS FISCAIS
2009

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL

Especificação	2009	2010	2011
	R\$1,00		
Dívida Consolidada (I)	775.366.905	810.159.790	805.664.187
Deduções (II)	219.309.043	263.520.022	274.535.159
Disponível	205.818.827	214.463.217	223.427.780
Haveres	70.405.110	93.362.125	97.264.661
(-)Restos a Pagar Processado	56.914.894	44.305.320	46.157.282
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	556.057.862	546.639.768	531.129.028
Resultado Nominal	-7.939.355	-9.418.095	-15.510.740

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO II DE METAS FISCAIS
MEMÓRIA E METODOLOGIA DO CÁLCULO DOS VALORES CONSTANTES
2009

ÍNDICES DE INFLAÇÃO						
Ano	2006	2007	2008*	2009*	2010*	2011*
ÍPCA - Média Projetada (%)	3,14	4,46	4,82	4,37	4,20	4,18
Índice Ano	1,0314	1,0446	1,0000	1,0437	1,0420	1,0418
Índice Acumulado	1,0950	1,0482	1,0000	1,0437	1,0875	1,1330
Operação Valor Corrente	x	x	=	/	/	/

PROJEÇÃO IPCA 2008 A 2012

Índices de Preços -> IPCA -> Média -> Anual 22/04/2008 - 09/05/2008 para 2008 a 2012				
Dia	2009	2010	2011	2012
22/4/2008	4,35	4,19	4,17	4,11
23/4/2008	4,35	4,20	4,18	4,11
24/4/2008	4,36	4,20	4,18	4,11
25/4/2008	4,36	4,20	4,18	4,11
28/4/2008	4,36	4,20	4,18	4,08
29/4/2008	4,36	4,20	4,18	4,08
30/4/2008	4,36	4,20	4,18	4,08
2/5/2008	4,37	4,21	4,18	4,09
5/5/2008	4,38	4,21	4,18	4,09
6/5/2008	4,38	4,20	4,17	4,08
7/5/2008	4,38	4,20	4,17	4,08
8/5/2008	4,39	4,20	4,17	4,07
9/5/2008	4,40	4,21	4,17	4,07
Média*	4,37	4,20	4,18	4,09

Fonte: Banco Central do Brasil.

Notas: O Banco Central realiza uma pesquisa de mercado junto a cinquenta grandes empresas, calcula a média e publica com atualização semanal. A projeção é baseada na média das expectativas destas empresas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA CONSOLIDADA
2009

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ESTIMADA		
	2009	2010	2011
RECEITAS CORRENTES	2.905.372.405	3.087.774.600	3.280.998.317
RECEITA TRIBUTÁRIA	960.996.785	1.021.329.127	1.085.240.855
IMPOSTOS	881.888.200	937.254.026	995.904.585
IMPOSTO S/O PATRIMÔNIO E A RENDA	487.541.505	518.149.850	550.574.121
Imposto s/a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	237.279.730	252.176.390	267.956.835
Imposto s/a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	115.282.064	122.519.588	130.186.498
Imposto s/Transm.Inter-Vivos Bens Imóveis de Direitos Reais s/Im.	134.979.711	143.453.873	152.430.788
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	394.346.695	419.104.176	445.330.464
Imposto s/Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	394.346.695	419.104.176	445.330.464
TAXAS	79.108.585	84.075.101	89.336.270
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.346.347	4.619.215	4.908.272
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.654.413	3.883.840	4.126.879
FUMPROAMB	691.935	735.375	781.393
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	74.762.238	79.455.886	84.427.998
Taxa de Limpeza Pública	74.762.238	79.455.886	84.427.998
DMLU	74.762.238	79.455.886	84.427.998
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	117.534.267	124.913.186	132.729.880
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	95.210.442	101.187.849	107.519.883
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	95.210.442	101.187.849	107.519.883
Contribuições de Servidor - Ativo Civil	82.671.792	87.862.010	93.360.152
Contribuição de Servidor - Ativo Civil - Repartição Simples	74.509.262	79.187.028	84.142.316
PREVIMPA	74.509.262	79.187.028	84.142.316
Contribuição de Servidor - Ativo Civil - Capitalização	8.162.530	8.674.982	9.217.836
PREVIMPA	8.162.530	8.674.982	9.217.836
Contribuição de Servidor - Inativo Civil	10.311.266	10.958.618	11.644.375
Contribuição de Servidor - Inativo Civil - Repartição Simples	10.311.266	10.958.618	11.644.375
PREVIMPA	10.311.266	10.958.618	11.644.375
Contribuição de Servidor - Pensionista Civil - Repartição Simples	2.227.384	2.367.221	2.515.355
PREVIMPA	2.227.384	2.367.221	2.515.355
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	22.323.825	23.725.337	25.209.998
FUMIP - smov	22.323.825	23.725.337	25.209.998
RECEITA PATRIMONIAL	34.683.851	36.861.338	39.168.011
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	5.502.693	5.848.157	6.214.117
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	888.220	943.983	1.003.055
DEM HAB	929.322	987.665	1.049.470
FUNMERCADO	2.664.329	2.831.598	3.008.791
FUNCULTURA	2.180	2.317	2.462
FUNDESP	100.242	106.535	113.202
FUMPROAMB	918.401	976.059	1.037.138
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	29.181.159	31.013.181	32.953.894
JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	2.448.989	2.602.739	2.765.611
PREVIMPA	2.448.989	2.602.739	2.765.611
DIVIDENDOS	11.177	11.879	12.622
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.277	1.358	1.443
DMLU	9.900	10.522	11.180
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	48.094	51.113	54.312
PREVIMPA	48.094	51.113	54.312
REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS - PREVIMPA	14.649.132	15.568.820	16.543.070
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	12.023.766	12.778.631	13.578.279
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.053.214	1.119.336	1.189.381
DEM HAB	443.024	470.838	500.302
DMAE	8.019.400	8.522.866	9.056.201
DMLU	177.117	188.237	200.016
FASC	649.354	690.121	733.307
FURPGM	64.181	68.211	72.479
FUNDESP	19.937	21.188	22.514
FMDCA	33.853	35.978	38.229
FUNCULTURA	6.259	6.652	7.068
FUNMERCADO	1.300	1.381	1.468
FMS	965.214	1.025.811	1.090.003
FUMPROAMB	179.969	191.267	203.236
FUNTURISMO	10.937	11.624	12.351
FUMIP	274.482	291.714	309.969
FUNREBOM	125.525	133.405	141.754

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA CONSOLIDADA
2009

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ESTIMADA		
	2009	2010	2011
RECEITA AGROPECUÁRIA	253	269	286
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	253	269	286
RECEITA DE SERVIÇOS	339.054.916	360.341.123	382.890.195
Serviços Comerciais	23.952	25.455	27.048
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	6.754	7.178	7.627
FUNCULTURA	1.784	1.897	2.015
FUMPROARTE	14.372	15.274	16.230
FUMPEOAMB	1.041	1.107	1.176
Serviços Financeiros	1.861.837	1.978.725	2.102.547
DEMHA ^B	1.861.837	1.978.725	2.102.547
Serviços Administrativos ^R	1.477.912	1.570.697	1.668.986
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	191.311	203.321	216.045
DEMHA ^B	21.290	22.627	24.043
DMLU	2.129	2.263	2.404
DMAE	1.172.396	1.246.000	1.323.971
FMS	40.118	42.636	45.304
FUMPROAMB	50.668	53.849	57.219
Serviços Recreativos e Culturais	45.358	48.205	51.222
FUNCULTURA	45.221	48.060	51.067
FUMPAHC	137	146	155
Serviço de Captação, Adução, Tratamento, Reservação e Distr. de Água	207.960.900	221.016.894	234.847.471
DMAE	207.960.900	221.016.894	234.847.471
Serviço de Coleta, Transp., Tratamento e Destino Final de Esgotos	76.901.400	81.729.347	86.843.726
DMAE	76.901.400	81.729.347	86.843.726
Serviço de Coleta, Transp., Tratam.e Destino Final de Resíduos Sólidos	1.975.884	2.099.932	2.231.340
DMLU	1.975.884	2.099.932	2.231.340
Serviço de Cemitério	366.993	390.033	414.441
FUMPROAMB	366.993	390.033	414.441
Serviços de Religamento de Água	99.011	105.227	111.811
DMAE	99.011	105.227	111.811
Outros Serviços	48.341.670	51.376.608	54.591.603
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	45.846.725	48.725.028	51.774.095
DEMHA ^B	69.193	73.538	78.139
DMAE	2.415.693	2.567.353	2.728.010
FUNCULTURA	3.499	3.718	3.951
FUMPAHC	5.869	6.238	6.628
FUMPROARTE	690	733	779
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.285.387.943	1.366.085.888	1.451.571.465
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.147.693.580	1.219.746.935	1.296.075.056
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	536.834.826	570.537.855	606.240.410
Participação na Receita da União	121.443.092	129.067.411	137.144.065
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Município - FPM	121.426.909	129.050.212	137.125.789
Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural - ITR	16.184	17.200	18.276
Outras Transferências da União	4.631.130	4.921.876	5.229.873
Transferência da Compensação Financeira	1.277.817	1.358.040	1.443.022
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasse Fundo a Fundo	386.986.755	411.282.172	437.018.982
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Educação	8.364.266	8.889.383	9.445.654
Transferência Financeira do ICMS-Desoneração-LC87/96	6.903.872	7.337.304	7.796.450
Outras Transferências da União	7.227.894	7.681.669	8.162.365
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	610.858.755	649.209.080	689.834.646
Participação na Receita dos Estados	605.245.586	643.243.511	683.495.770
Cota-Parte do ICMS	428.135.513	455.014.290	483.487.726
Cota-Parte do IPVA	158.561.793	168.516.462	179.061.719
Cota-Parte IPI S/EXPORTAÇÃO	14.900.184	15.835.632	16.826.579
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	3.648.096	3.877.127	4.119.746
Transferência de Recursos do Estado p/Progr. de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	3.921.731	4.167.941	4.428.758
Outras Transferências do Estado	1.691.438	1.797.628	1.910.118
PREVIMPA	307.223	326.511	346.943
FUNREBOM	1.384.214	1.471.117	1.563.175
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	106.497.142	113.183.140	120.265.803
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	11.798.986	12.539.739	13.324.438
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	267.172	283.945	301.714
FUNCULTURA	692.148	735.601	781.633
FUMPROARTE	532	566	601
FUMDCA	10.828.180	11.507.984	12.228.119

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA CONSOLIDADA
2009

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ESTIMADA		
	2009	2010	2011
FUNTURISMO	3.194	3.394	3.606
FUMPROAMB	7.761	8.248	8.764
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR (URBAL)	149.350	158.727	168.659
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	19.248.884	20.457.348	21.737.508
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	19.248.884	20.457.348	21.737.508
Transferência de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde	6.706.926	7.127.994	7.574.042
Transferência de Conv.da União Dest. a Progr. de Educação	2.874.784	3.055.266	3.246.456
Transferência de Convênios da União destinadas a Programas de Assistência Social	6.882.089	7.314.153	7.771.851
FASC	6.882.089	7.314.153	7.771.851
Outras Transferências de Convênios da União	2.765.391	2.939.005	3.122.919
FUNTURISMO	133.986	142.398	151.309
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.631.405	2.796.607	2.971.610
Transferência de Convênio de Instituições Privadas(Turismo)	19.694	20.930	22.240
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	167.714.390	178.243.668	189.397.624
MULTAS E JUROS DE MORA	60.860.489	64.681.371	68.728.939
MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	13.648.041	14.504.878	15.412.550
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	12.856.591	13.663.741	14.518.777
DMLU	791.449	841.137	893.773
MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	154.374	164.065	174.332
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	36.241.894	38.517.197	40.927.488
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	32.050.198	34.062.342	36.193.862
DMLU	4.191.696	4.454.855	4.733.626
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	4.319.213	4.590.378	4.877.630
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.877	8.372	8.896
DMLU	17.357	18.447	19.601
DMAE	4.293.979	4.563.559	4.849.133
MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	487.431	518.033	550.449
DMLU	431	458	487
DMAE	487.000	517.574	549.963
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	6.009.536	6.386.821	6.786.489
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.377.563	3.589.610	3.814.237
DEMHAB	110	117	124
DMAE	553.367	588.108	624.910
DMLU	122.419	130.105	138.246
FUNREBOM	331	352	374
FUMPROAMB	524.359	557.279	592.152
FMS	1.429.924	1.519.696	1.614.794
FMDCA	1.118	1.188	1.262
FUNCULTURA	345	367	390
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.280.682	11.988.894	12.739.123
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.417.930	3.632.511	3.859.822
DEMHAB	402.387	427.649	454.410
DMAE	466.971	496.288	527.344
DMLU	73.298	77.900	82.775
PREVIMPA	6.257.320	6.650.161	7.066.308
FMS	23.512	24.989	26.552
FUNDESP	293	312	331
FUMPROARTE	146.902	156.125	165.894
FUNTURISMO	140.378	149.191	158.527
FMDCA	6.339	6.737	7.159
FUNMERCADO	4.652	4.944	5.253
FURPGM	55	58	62
FASC	340.645	362.031	384.686
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	83.112.632	88.330.526	93.857.987
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	64.431.671	68.476.756	72.761.827
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	55.188.882	58.653.695	62.324.068
PREVIMPA	671	713	757
DMLU	9.242.118	9.822.348	10.437.001
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	18.680.961	19.853.771	21.096.161
DEMHAB	1.277.418	1.357.615	1.442.571
DMAE	17.245.141	18.327.809	19.474.708
DMLU	158.402	168.347	178.881
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	12.460.588	13.242.876	14.071.576
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.627.951	2.792.937	2.967.710
DMLU	9.702	10.311	10.956

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA CONSOLIDADA
2009

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ESTIMADA		
	2009	2010	2011
DMAE	370.643	393.912	418.562
PREVIMPA	6.257.990	6.650.873	7.067.065
FUMONPOA	50.000	53.139	56.464
FASC	708.967	753.477	800.627
DEMHAB	1.935.288	2.056.787	2.185.495
FURPGM	500.046	531.440	564.695
RECEITAS DE CAPITAL	127.456.769	136.697.629	49.283.500
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	123.014.695	131.979.379	44.272.810
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	90.615.995	68.503.479	3.134.710
DMAE	32.398.700	63.475.900	41.138.100
ALIENAÇÃO DE BENS	3.168.172	3.367.073	3.577.774
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.154.672	3.352.725	3.562.529
DMAE	13.500	14.348	15.245
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.143.902	1.215.717	1.291.793
DEMHAB	1.143.902	1.215.717	1.291.793
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	130.000	135.460	141.122
FMS	130.000	135.460	141.122
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	186.247.986	194.070.401	202.182.544
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-145.988.891	-155.154.220	-164.863.308
TOTAL	3.073.088.269	3.263.388.411	3.367.601.053

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA CONSOLIDADA
2009

Resumo das Receitas Previstas

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.896.212.015	2.015.258.107	2.141.366.944
DEMHAB	8.083.771	8.591.278	9.128.895
DMAE	319.999.400	340.089.284	361.371.056
FASC	1.698.966	1.805.629	1.918.619
DMLU	91.534.141	97.280.747	103.368.285
PREVIMPA	311.427.847	327.109.180	343.546.492
(-)Dedução da Receita	-145.988.891	-155.154.220	-164.863.308
SUBTOTAL	2.482.967.249	2.634.980.004	2.795.836.983
Fundos Municipais			
FUNDESP	120.472	128.035	136.048
FMDCA	10.869.490	11.551.867	12.274.770
FUNMERCADO	2.670.280	2.837.923	3.015.512
FUNPROAMB	2.741.127	2.913.218	3.095.518
FUNTURISMO	308.188	327.537	348.033
FUNREBOM	1.510.070	1.604.874	1.705.302
FUNCULTURA	751.436	798.612	848.587
FUMPAHC	6.006	6.383	6.783
FUMONPOA	50.000	53.139	56.464
FUMPROARTE	162.496	172.698	183.505
FUMIP	22.598.307	24.017.051	25.519.967
FMS	400.204.180	425.326.698	451.939.559
FURPGM	564.282	599.709	637.237
SUBTOTAL	442.556.335	470.337.765	499.767.283
Receita de Convênios			
a classificar	2.631.405	2.796.607	2.971.610
DEP - CIDE	3.648.096	3.877.127	4.119.746
GP - URBAL	149.350	158.727	168.659
SMED	11.239.050	11.944.649	12.692.109
FASC	6.882.089	7.314.153	7.771.851
SUBTOTAL	24.549.990	26.091.263	27.723.976
Operação de Crédito			
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	90.615.995	68.503.479	3.134.710
DMAE	32.398.700	63.475.900	41.138.100
SUBTOTAL	123.014.695	131.979.379	44.272.810
TOTAL			
	3.073.088.269	3.263.388.411	3.367.601.053

DEDUÇÕES DO FUNDEB			
	2009	2010	2011
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Município - FPM	24.285.382	25.810.042	27.425.158
Cota-Parte do ICMS	85.627.103	91.002.858	96.697.545
Cota-Parte IPI S/EXPORTAÇÃO	2.980.037	3.167.126	3.365.316
Transferência Financeira do ICMS-Desoneração-LC87/96	1.380.774	1.467.461	1.559.290
Cota-Parte do IPVA	31.712.359	33.703.292	35.812.344
Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural - ITR	3.237	3.440	3.655
Total	145.988.891	155.154.220	164.863.308

ÍNDICE DE INFLAÇÃO			
IPCA - MÉDIA PROJETADA			

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			
	2009	2010	2011
Receitas Correntes (I)	2.905.372.405	3.087.774.600	3.280.998.317
Deduções da Receita Corrente (II)	237.146.057	252.034.325	267.805.880
Contribuição Plano Seg. Social Servidor	84.899.176	90.229.231	95.875.507
Servidor	82.671.792	87.862.010	93.360.152
Pensionista	2.227.384	2.367.221	2.515.355
Compensação Previdenciária entre RGPS e os RPPS	6.257.990	6.650.873	7.067.065
(-) Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	-145.988.891	-155.154.220	-164.863.308
Receita Corrente Líquida (I) - (II)	2.668.226.348	2.835.740.275	3.013.192.436

CRITÉRIOS PARA ESTIMATIVA DA RECEITA 2009 - 2010 - 2011			
1) A receita estimada de 2009 foi projetada com base na reestimativa de receita de 2008, acrescida do aumento real e do IPCA médio projetado de 4,37%.			
2) A receita estimada de 2010 foi projetada com base na receita estimada de 2009, acrescida do aumento real e do IPCA médio projetado de 4,20%.			
3) A receita estimada de 2011 foi projetada com base na receita estimada de 2010, acrescida do aumento real e do IPCA médio projetado de 4,18%.			
4) A receita de contribuição social foi projetada com base nas despesas de pessoal.			
5) As receitas de operações de créditos foram projetadas de acordo com os desembolsos previstos nos contratos vigentes, bem como nos desembolsos dos projetos encaminhados à Secretaria do Tesouro Nacional(STN).			

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOIII -DE RISCOS FISCAIS
2009

LRF, art.4º, § 3º

RISCOS FISCAIS

- 1 - Não-Realização das Receitas Previstas;
- 2 - Flutuações Cambiais;
- 3 - Demandas Imprevisíveis;
- 4 - Ações Judiciais;
- 5 - Recrudescimento da Inflação; e
- 6 - Ajustes de estimativas em Função de Oscilações da Conjuntura Econômica
- 7- Requisição de Pequeno Valor - RPV

PROVIDÊNCIAS

- 1 - Consignação na Lei Orçamentária de 2009 de dotação para Reserva de Contingência.
- 2 - Contingenciamento de dotações orçamentárias; e
- 3 - Renegociação de despesas compulsórias provenientes de despesas decorrentes de contratos, convênios, acordos, etc.